



ATA Nº3/2022

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. --

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2022 referente à sessão ordinária de 2022.04.25 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2022 -----

----- **01.04** – Apresentação da aplicação dos eleitos locais -----

----- **01.05** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – transferência de competências da Câmara Municipal para as freguesias – 2023 -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – caminhos vicinais, florestais e recurso humano – triénio 2023/2025 – propostas de protocolos com as freguesias -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil no Concelho de Ourém – versão final -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – protocolo com a Freguesia de Alburitel – proposta de adenda -----



- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – renovação do protocolo com a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Espite – proposta de protocolo -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – propostas de protocolos com as associações humanitárias de bombeiros voluntários do concelho – quadriénio 2022-2026 ----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém – condições de contratação, funcionamento e manutenção das equipas de intervenção permanente – proposta de protocolo -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias – condições de contratação, funcionamento e manutenção das equipas de intervenção permanente – proposta de protocolo -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima – condições de contratação, funcionamento e manutenção das equipas de intervenção permanente – proposta de protocolo -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – revogação do contrato de cedência de parcela de terreno – Cascalheira do Grilo – Freguesia de Fátima – Ourém -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2022 – 2.ª alteração -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – P089/2022 – beneficiação viária – estrada da Gravia, rua da Cabiçalva e reabilitação de pontes -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – P101/2022 – requalificação urbana de Aljustrel – reposição de piso em Aljustrel – Freguesia de Fátima -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – P109/2022 – aquisição em regime de aluguer, pelo período de 36 meses, de 11 fotocopiadoras multifunções para os estabelecimentos escolares do concelho e respetivas impressões -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – P015/2022 – prestação de serviços para Auditoria Externa das Contas do Município, para os anos económicos de 2022 a 2025 – relatório final -----



- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – P105/2022 – fornecimento de refeições escolares para o ano letivo de 2022-2023 -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2022/2023 -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – transportes escolares dos alunos do Pré-Escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Secundário/Profissional – ano letivo 2022/2023 -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – ano letivo 2022/2023 -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – atividades de enriquecimento curricular – 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2022/2023 -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – relatório de gestão e contas de 2021 -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de revisão extraordinária da trajetória tarifária do contrato de gestão delegada da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Bem Estar, Cultural e Recreativa da Lourinha e Nossa Senhora da Piedade – pedido de isenção de taxas -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Seiça – pedido de isenção de taxas -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Espite – pedido de isenção de taxas -----
- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas – pedido de isenção de taxas -----
- **02.30** – Período de intervenção aberto ao público. -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----



----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, eleita na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Luís Miguel Faria da Silva** -----

----- João Filipe Campos Catarino, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor Sílvio Soares da Conceição -----

----- Verificou-se a presença dos senhores **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** ---

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----



----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os presidentes de junta de Freguesia: senhores: -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques, foi substituída pela Tesoureira, **Célia Margarida Lopes de Oliveira** -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa, foi substituído pelo Tesoureiro, **João Pedro Antunes Coelho** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Natálio de Oliveira Reis -----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----



----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete e cinco minutos. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou o plenário sobre a possibilidade de alterar a ordem das matérias agendadas para discussão, nomeadamente, **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – relatório de gestão e contas de 2021; **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de revisão extraordinária da trajetória tarifária do contrato de gestão delegada da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., dado ter sido convidado a estar presente o senhor Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

----- **Face ao exposto, foi entendimento do plenário, por unanimidade, analisar as referidas matérias após o ponto da 02.02 da ordem de trabalhos.** -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 02/2022 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022.04.25. -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----



01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Ofício da Câmara Municipal, n.º 51567, datado de 23.06.2022, dando conhecimento da deliberação camarária tomada em reunião de 17 de junho 2022 relativamente “Atribuição de topónimo para a Estrada de Leiria – Fátima” -----

----- Ensino Profissional Concelho Ourém. A Comissão Planeamento Estratégico, constituída pelos grupos municipais e mesa AMO, reuniu no âmbito desta temática, tendo decorrido uma reunião com a Direção Executiva da Insignare, da qual será elaborada uma ata, a concluir logo que possível. Há a sugestão de uma segunda reunião para visita à instituição, Insignare, a agendar. -----

----- Pedido reunião. O Partido Socialista formulou pedido urgente de reunião para esclarecimento sobre incompatibilidade de funções, assessoria ao serviço da presidência do executivo e cumulativamente presença na Assembleia Municipal, tendo a AMO solicitado formalmente à ANAM – Assembleia Nacional de Assembleias Municipais o respetivo entendimento. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2022.

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Como sabem decorreu aqui, nestas instalações, a 2.ª fase da Assembleia Jovem de Ourém, onde estiveram presentes todas as equipas representativas dos diferentes estabelecimentos de ensino do concelho. -----

Foram apresentados projetos extraordinários no âmbito do tema que este ano esta em apreço – A Água. Hoje, a água é um dos grandes focos do país porque grande parte do nosso país está em seca e, alguns sítios, em seca severa. As reservas de água estão muito comprometidas. Um tema atual. -----

Os jovens do concelho debateram, nas suas escolas, o tema, trazendo-nos depois algumas ideias. -----



Só pode vencer uma equipa de cada escalão, sendo isso o que aconteceu. -----

Hoje, temos o prazer de ter presentes alguns representantes, não vieram todos porque alguns deles têm compromissos externos, alguns estão em Erasmus, fora do país, mas que poderão assistir online a esta sessão e ainda participar. -----

Sem mais delongas, gostaria que os senhores deputados municipais, senhor Presidente e senhores vereadores, a senhora Vereadora Isabel Costa esteve presente em toda a sessão AJO, tomassem conhecimento dos projetos vencedores.” -----

----- **PROJETO: “H2O – gasta menos, poupa mais!” – Colégio Sagrado Coração Maria**

Responsável: Prof.º Vitalino Carreira -----

José Neves, 9.º ano -----

Francisco Valentim, 9.º ano -----

Rafael Deboeuf, 8.º ano -----

Bernardo Martins, 9.º ano -----

Martim Silva, 9.º ano -----

Eva Rodrigues, 8.º ano -----

Márcia Martins, 9.º ano -----

Descrição do Projeto -----

1. Instalação de torneiras e chuveiros touchless em edifícios públicos com o objetivo de: -----

– Poupar água de uma forma mais eficiente e sustentável; -----

– Sensibilizar para o uso de tecnologias que permitam um uso mais racional e controlado dos recursos hídricos. -----

2. Requalificação de fontes/lagoas (Fonte Nova; lagoas da Giesteira e Boleiros e outras) e arranjo paisagístico envolvente, tendo em vista: -----

– Valorização do património histórico-cultural; -----

– Promoção do contacto com a Natureza e das atividades ao ar livre; -----

– A utilização destes recursos hídricos no combate aos incêndios florestais; -----

– Promoção de polos de atração turística diversificados, em parceria com o turismo religioso.

Orçamento e Público-Alvo -----

- 45.000,00 euros -----



- População em geral -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação do projeto da Assembleia Jovem de Ourém, tendo questionado a Assembleia Municipal e Executivo sobre eventuais intervenções. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimentava o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa -----

Senhores vereadores -----

Senhores deputados municipais -----

Este ano foi a primeira vez que não tive oportunidade de estar na apresentação da AJO porque estava ausente, sendo que hoje fiquei com mais curiosidade para ver os projetos. -----

Fiquei agradavelmente surpreendido com esta apresentação e com a clareza com que foi apresentada e aproveito para dar os parabéns a quem a apresentou e ainda à escola que representa porque trata-se de um bom projeto. -----

Complementando um pouco aquilo que foi apresentado, aproveito para dizer que já está contratualizado. A questão relativamente às torneiras, temos já 300 torneiras em edifícios públicos implementadas com este tipo de solução que me parece importante. -----

Relativamente aos outros projetos, também são uma ideia interessantes que poderão ser aproveitadas, sendo uma questão de análise. Muitas vezes, o mais difícil não é executar, é manter e conseguir que as coisas tenham rentabilidade e possam estar ao serviço da população, o que se pretende com estes projetos. -----

Muito obrigado e parabéns pelo projeto aqui apresentado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Gostaria de complementar estes trabalhos. Parece-me interessante que, com a ajuda da concessionária da água, fosse possível instalar nos estabelecimentos escolares doseadores de água que estão ligados à corrente, com filtros, servindo água mais fresca ou mais natural, mas sendo água da rede. -----



Estas práticas são amigas do ambiente. A Câmara Municipal numa iniciativa que teve, distribuiu umas garrafas individuais reutilizáveis para consumo da água pelos jovens, estes doseadores seriam uma forma de as potenciar. Fica a sugestão.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante de grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Uso da palavra para dar os parabéns à escola vencedora, Colégio Sagrado Coração de Maria, pelo projeto e reforço o que o senhor Presidente da Câmara disse, pela clareza como foi apresentado. De certeza que os outros projetos também seriam muito interessantes, ganha o melhor e representa todo este ciclo. Muitos parabéns. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Para quem não acompanhou diretamente a Assembleia Jovem, deixo aqui algumas das ideias extraordinárias que passaram por lá. -----

Por exemplo, senhor Presidente União Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, foi sugerido que se criasse uma mascote para a nascente do Agroal, o que me parece interessante porque é uma zona turística e nunca ocorreu isso. existem outros sítios, outros espaços naturais que têm mascote. O Bufo-Real é uma das espécies que ali habita, seria uma hipótese a estudar. Pese embora não tenha ganho, mas ficam as ideias. -----

Há uma outra sugestão, a intervenção na Ribeira de Seiça que deixa a senhora Tesoureira da Junta Freguesia de Seiça aqui presente. Ficou a ideia de construção de uma nora no curso da Ribeira da Seiça, o que me parece também um ponto turístico interessante para o concelho de Ourém.” -----

----- **PROJETO: “Por uma Ribeira mais limpa!” – Escola Profissional de Ourém** -----

Responsável: Prof.ª Ana Pinho -----

Matilde Brito, 11.º ano -----

Tomás Baptista, 11.º ano -----

Alexandra Fernandes, 11.º ano -----

Catarina Tavares, 11.º ano -----

Bruna Rodrigues, 11.º ano -----



Núria Dias, 11.º ano -----

Beatriz Morgado, 11.º ano -----

Descrição do Projeto -----

A água é um elemento bastante importante e sendo o nosso concelho bastante rico em nascentes de água, fontes, entre outros, queremos preservar essa característica do nosso concelho. Assim, com o nosso projeto queremos tornar a Ribeira de Seiça um local mais limpo, agradável e higiénico. O grande problema da nossa Ribeira foca-se na zona do Parque Linear, pois é lá que decorre o mercado de Ourém, principal causa da poluição da mesma. Temos como objetivo realizar atividades de limpeza e lazer envolvendo a comunidade local e propor à Câmara a utilização de um novo equipamento de limpeza, prático, fácil de utilizar e inovador criado por uma ex-aluna da nossa escola, Mariana Silva, com Projeto de Aptidão Profissional (PAP). -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 300,00 euros -----

- Comunidade local e feirantes -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação do projeto da Assembleia Jovem de Ourém, tendo questionado a Assembleia Municipal e Executivo sobre eventuais intervenções. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “O meu obrigado às alunas e Prof.^a responsável. Há pouco não deixei o meu agradecimento ao Prof.^o responsável, fica aqui pedido desculpa por isso. -----

Uma ideia interessante, mas gostaria de dizer o seguinte: tudo isto é importante e tudo o que seja para ajudar a melhorar o meio ambiente, como a recolha de lixo que ali é deixado semanalmente, é importante. Mais importante que isto é a cidadania e o comportamento das pessoas que fazem este tipo de lixo durante o mercado. Já foram colocados dois recipientes grandes para que as pessoas possam colocar os plásticos. Melhorou alguma coisa, mas não é o suficiente porque as pessoas continuam a insistir em não respeitar o meio ambiente, e isso é determinante. -----



Esta é uma situação que parece interessante, mas recordo que este é um serviço que a Câmara de Ourém tem contratualizado externamente. Quem deveria, eventualmente, este tipo de equipamento é a empresa que presta este serviço à Câmara Municipal, o que poderá melhor o serviço que presta. -----

Deixo os parabéns à Escola Profissional/Insignare pelo projeto, pela ideia que trouxe, demonstrando que na Escola Profissional de Ourém também há boas ideias, bons projetos, o que me deixa muito satisfeito. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante de grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Este é um problema. Quem passa no mercado à quinta feira, e num dia de vento, vê o degradante espetáculo que tem anos e, obviamente, não tem uma solução, não pode haver um polícia para cada uma das pessoas. ---- Quería agradecer o trabalho da Escola Profissional, o excelente projeto que apresentaram. ---- Parabéns aos alunos. Parabéns aos professores. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Agradeço às alunas presentes e aos alunos que estão fora, no estrangeiro que também colaboraram neste projeto. -----

Muito obrigado” -----

01.04 – APRESENTAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS ELEITOS LOCAIS. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Como sabem, temos desbravado algum caminho em sede de realização, de funcionamento, diria até das próprias assembleias municipais. Fomos pioneiros em algumas matérias, sendo esta da AJO é uma delas. Devo dizer, com muito orgulho, que a Assembleia Municipal de Oeiras terá uma Assembleia Jovem muito idêntica à nossa, assim como a de Barcelos. São as duas últimas, para além de outras que no passado já o fizeram. -----



Relativamente à tentativa de fornecer as melhores ferramentas para os nossos eleitos locais tem sido um grande desafio. Desde logo, como devem compreender, ao nível da consulta documental, os membros da AMO e o próprio staff têm alguma dificuldade, e é assim que funciona no país inteiro, porque os membros não têm acesso à gestão documental do Município. Não tinham até termos contratado uma empresa que, connosco, fomos nós que pedimos, desenvolveu-se a plataforma de gestão documental. Hoje, têm a plataforma da AMO que já funcionou no mandato anterior em que se faz a gestão das presenças, a gestão das intervenções, a gestão dos documentos ponto a ponto. É acessível a todos. Isto tem a ver com a documentação. -----

São plataformas que funcionam em qualquer computador, tablet ou até telemóvel. Tentámos dar passo em frente na tentativa de tornar as sessões mais eficazes, nomeadamente, nas votações, nas apreciações ponto a ponto. Neste sentido, pedimos o desenvolvimento de uma aplicação. Esta, numa fase inicial, como era em circuito fechado, apenas para um núcleo de membros de um núcleo, neste caso a Assembleia Municipal, da parte das operadoras, não têm uma permissão direta a não ser que tenha uma abertura ao público. Numa fase experimental e por isso pedimos os vossos contactos email. Devo dizer que, desde a primeira hora, sempre estiveram salvaguardados todos os direitos de dados dos membros da AMO. Obviamente que não são cedidos a ninguém, nem ninguém tem utilização dos dados, inclusivamente a empresa que está a tratar das aplicações e que está a trabalhar connosco, não tem acesso a nenhuma informação ou documento pessoal, para além daquela que é pública, isto é, a vossa imagem pública não carece de autorização do próprio porque, no momento em que aceitam o desempenho de funções públicas, a imagem está autorizada em termos de exposição. -----

Temos aqui dois responsáveis da empresa que foi mentora desta aplicação móvel a quem dou a palavra para darem a respetiva explicação. Na fase em que se tornará funcional será aberta a todos, no entanto, a funcionalidade das sessões, só os membros da AMO terão funcionalidade com ela, com o vosso username e a vossa password. -----

Há uma coisa obrigatória, cada um ter um telefone inteligente, o que certamente toda a gente tem, onde tem redes sociais, aplicações, as chamadas App. Com isso, basta instalar essa App



e ponto a ponto serão desafiados pela própria mesa que vai lançar um alerta, e em cada ponto decorrerá a votação na própria App.” -----

----- Face ao exposto, tomou a palavra o representante da Noop NOOPERATION, LDA, tendo feito uma apresentação da funcionalidade da Aplicação Móvel, em questão. -----

----- Finda a exposição, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação, tendo questionado o plenário sobre possíveis pedidos de esclarecimentos, verificando-se as intervenções dos membros da AMO, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Há aqui um conjunto de dúvidas que nós, grupo municipal temos, acima de tudo a nível de confidencialidade. -----

Não temos absolutamente nada contra a inovação, pelo contrário, acho que faz sentido a questão pública, de acesso ao decorrer da assembleia por parte do público em geral, acho que faz sentido. Mas, há um conjunto de dúvidas. Neste mundo das novas tecnologias desconhecemos o backup disto, para onde as coisas vão. Tenho aqui um conjunto de perguntas que gostaria de fazer -----

- Para a adesão a esta aplicação deveríamos ter tido conhecimento prévio da política de privacidade e não tivemos. Faz todo o sentido que tenhamos privacidade em relação a isto -----

- A recolha de dados é transversal a todas as aplicações? Esta recolha de dados em qualquer contexto, isto é, sem a utilização diária da aplicação ou apenas com a interação na mesma -----

- Gostava de saber a que dados a App tem acesso e que dados vai recolher -----

- Esta aplicação vai recolher dados do smartphone, calendário, mensagens -----

- Quais são os dados recolhidos da utilização da aplicação, isto é, numa votação os administradores sabem qual é o sentido de voto secreto do eleito. Qual o tratamento dado aos dados obtidos. Esta é a nossa principal questão, a questão das votações. Da confidencialidade das votações. Não está em causa a palavra do senhor Presidente da Assembleia Municipal ou dos mentores da aplicação, mas é uma votação secreta -----

- Quem são as pessoas da administração que têm acesso à aplicação -----

- Existe algum termo de confidencialidade assinado por parte da empresa de modo a garantir que os dados a que a App tem acesso permaneçam em sigilo -----



- Não será necessário um parecer prévio da Comissão de Proteção de Dados sobre a App em relação às votações -----

São estas as questões” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Há aqui algumas questões que gostaria de esclarecer em primeiro lugar e depois passaria a palavra porque são questões mais técnicas. -----

Relativamente à política de privacidade, não há nada que conste nesta aplicação, nesta informação que tenha a ver com dados dos membros da Assembleia Municipal, para além daqueles que são os dados que se sabem, informações inatas à função desempenhada na AMO. Não há, relativamente à política de privacidade, nenhuma violação, nem nenhuma exposição ou informação. Até porque informação nem temos, para além daquela que é constante dos sites habituais que foi cedida e já lá estão. É daí que a aplicação vai buscar. -----

Confidencialidade das votações. Todas as votações, exceto as votações voto secreto que não são feitas pela App, são expostas, toda a gente sabe quem votou em quem, quantos são, quais foram, ausentaram-se, não ausentaram, ausentaram-se, não ausentaram. Não há nada a esconder. Tudo transparente. O resultado que aparece no telemóvel de cada um, é apenas o grosso, tornando tudo mais transparente. Anúncio a votação, mas vocês ficam com o registo dos números, não aparece nome. Este registo é público. -----

Questão votação secreta. Mais tarde veremos, mas aí teremos de consultar entidades sobre a questão. As votações secretas far-se-ão com o sistema em urna. -----

As restantes questões parecem-me mais técnicas, pelo que passo a palavra ao responsável presente.” -----

----- Tomando a palavra, o representante da Noop expôs o seguinte: “Todas as questões são pertinentes. Há sempre essa preocupação, o que faz sentido nos dias de hoje. -----

Acrescentava apenas no âmbito da votação secreta, a aplicação poderá estar preparada para isso, sendo que há um tratamento totalmente diferente nessas votações, todas as outras são públicas. Em relação às votações secretas são tratadas de forma diferente, inclusive, à mesa chega apenas o valor absoluto dos resultados. Isso é garantido, sendo que, se optarem pelo



que o Presidente falava, feitas presencialmente, a questão não se põe porque será inserido na aplicação apenas o total. -----

A política de privacidade existe, não só no site que está online há algum tempo, como existe também agora na aplicação. Com a vossa experiência de utilizadores poderão verificar que na instalação de uma aplicação ela própria alerta sempre quais as permissões que necessita, ou seja, se vai aceder ao calendário, se vai aceder à localização. Isso será sempre transparente. As lojas, Apple e Google, não permitem que seja de outra forma. Mas, dizer que não acederemos, nem faz qualquer sentido. A aplicação, apesar de inovadora, é na sua essência e tecnicamente bastante simples. A aplicação não vai aceder a nenhuns dados, não vai solicitar dados. A única possibilidade que tem de inserção, à data, é a questão da votação. Eventualmente, poderemos vir a pensar em carregar logo uma declaração de voto através do telemóvel ou coisa parecida. Mas, dados pessoais não é algo que esteja previsto, até porque não há qualquer utilidade para isso. -----

Aquilo que utilizamos é essencialmente o vosso nome que é público, está inclusivamente no site do Município, grupo municipal a que pertencem e, depois, os sentidos de votação vão ficando anexos à vossa ficha. -----

Em relação aos acessíveis da administração. A administração é a mesa da AMO que tem o privilégio máximo da gestão, sendo que tem acesso aquela informação que grande parte já é pública, exceto aquilo que também é do vosso acesso que é a questão da documentação que é privada, e quando falo de privado, falo dos eleitos. É também a questão da gestão, ou seja, o carregamento da informação que vocês, enquanto eleitos, não têm a possibilidade de carregar uma ordem de trabalhos, mas tem a mesa e num nível abaixo a equipa de apoio técnico que não sendo o nível de administração, é um nível abaixo com algumas permissões adicionais que permitem carregar. -----

-----Permissões da aplicação são bastante limitadas e isso fica bastante claro, não recolhemos nada. -----

Qualquer explicação a nível técnico, disponham, podem entrar em contacto. Teremos todo o gosto e um a vontade em esclarecer. As práticas que utilizamos em termos quer tecnológicos, quer de alojamento, onde ficam os dados reservados, são as melhores. Felizmente, já temos



um longo histórico, não temos qualquer registo ou falha na violação de dados e assim é que tem de ser, até porque temos de respeitar o RGPD.” -----

----- Registaram-se ainda as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “A minha única questão e a maior era o voto secreto porque não tinha ficado claro que não fosse acontecer para já.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA** expôs o seguinte: “Os meus cumprimentos a todos -----
A minha questão tem mais a ver com o senhor Presidente da Assembleia e não com o técnico presente. Gostaria de perguntar se na próxima assembleia esta aplicação vai ser utilizada e se ela se estende a todos os membros, pois pode haver uns com mais dificuldades do que outros. Obrigada” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Gostaria que sim, que já se pudesse utilizar na próxima sessão. Há sempre um plano B. No processo da votação, há sempre a faculdade de fazer o registo. Está sempre online, uma das vantagens. Por exemplo, vocês votam e eu aqui sei que já votaram e sei quem não votou. Quem não consegue votar por algum contratempo, há sempre a possibilidade de dizer-me para eu descarregar o voto. Há aqui uma fase de transição. Mas, isto é intuitivo e fácil. No telemóvel aparece uma notificação, à semelhança das que indicam que há uma mensagem por ler, aqui é de uma votação que está a acontecer.” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Fico um pouco confuso, sobre a utilidade prática disto porque, pelo que vejo, está limitado às votações. -----

No meu entender, acho que as votações deveriam manter-se como anteriormente. O voto secreto é um voto secreto e deveria manter-se. -----

Fiquei ainda confuso, quando o técnico presente nos diz que esta aplicação regista o sentido das votações, o que pretende dizer com isto. Fico preocupado quando há o registo destes sentidos que pode um dia criar uma não variável ou uma situação mais confusa.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Desde logo, a aplicação não se resume à prática da votação. Vejo 34 elementos da



AMO e vejo 3 com tablet, os restantes têm telemóveis. A qualquer momento, qualquer elemento pode ir ao telemóvel e tem acesso a isso. É facilitar a comunicação. Não se resume a uma votação.” -----

----- Tomando a palavra, o representante da NOOP expôs o seguinte: “O sentido da votação é aquilo que acontece tradicionalmente em todas as assembleias do país, se votar a favor, é contabilizado como voto a favor, se votou contra é contabilizado como contra. É aquilo que é a responsabilidade de qualquer eleito.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a votação secreta não está neste registo. Consta apenas a votação que é pública, em que cada um assume a sua votação, na modalidade braço no ar. -----

01.05 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

----- VOTO DE LOUVOR -----

= Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL apresentou o voto de louvor, abaixo transcrito, o qual foi subscrito por todos os membros constituintes do plenário: “Ana Sofia Costa, utente do Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, em Fátima, sagrou-se Campeã do Mundo de Boccia no 2022 World Boccia Cup, que decorreu no Rio de Janeiro (Brasil), em maio deste ano. -----

Natural da Maceira, concelho de Leiria, a atleta de 26 tem-se mostrado uma desportista de grande talento na modalidade, com o apoio do treinador David Henriques e a assistência permanente de Celina Gameiro. -----

Depois de ter participado em 2021 nos Jogos Paralímpicos de Tóquio e em várias provas nacionais e internacionais, Ana Sofia Costa obteve a medalha de ouro num campeonato do mundo. -----



A jovem, que pratica a modalidade desde os 12 anos, depois de ter entrado na instituição, começou a ser chamada à seleção nacional de Boccia em 2018 e já participou em provas internacionais no Canadá, Itália, Finlândia, Espanha, entre outros. A seu lado tem sempre Celina Lourenço, sua parceira de competição e funcionária do Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II. -----

No Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II existem atualmente dez utentes a praticar Boccia. O facto de Ana Sofia ter sido chamada à seleção nacional e participado em várias provas tem motivado os outros atletas para melhorarem o seu desempenho. -----

Pela conquista da Medalha de Ouro na Taça do Mundo de Boccia e pela dedicação e entrega ao serviço do desporto, afirmando-se como um exemplo de resiliência junto da juventude e comunidade desportiva do concelho de Ourém, a Assembleia Municipal de Ourém propõe a atribuição de um voto de Louvor a Ana Sofia Costa.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de louvor aprovado por unanimidade.** -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Decorreu a 24 de maio, a quarta edição da Assembleia Jovem de Ourém, uma iniciativa da Assembleia Municipal de Ourém que reuniu na sala de sessões da AMO, 45 alunos, do 5º ao 12º ano, dos vários estabelecimentos de ensino do concelho de Ourém. -----

Ao longo de cerca de três horas, os jovens apresentaram, debateram e votaram as duas melhores propostas para a valorização da água “um tema de grande responsabilidade, uma vez que o concelho de Ourém possui um riquíssimo património de recursos hídricos”. -----

Na ocasião, o presidente da AMO, mostrou-se mais uma vez satisfeito com a adesão dos jovens, referindo que a AJO tem sido um sucesso, já replicado por vários municípios do País e isso só é possível porque os nossos jovens se têm dedicado e empenhado em apresentar, ano após ano, várias propostas com aplicação prática, dando uma verdadeira lição de cidadania aos mais adultos”. -----



A sessão contou com a participação da vereadora Isabel Costa, em representação do Presidente da Câmara Municipal, que enalteceu a iniciativa e felicitou os jovens por acreditarem e quererem participar neste projeto. -----

Na ocasião, a vereadora aproveitou para fazer o ponto de situação sobre a concretização de alguns dos projetos eleitos em edições anteriores, afirmando que “todas as sugestões têm sido bem acolhidas pelo executivo que está muito atento às novas ideias”. -----

No final, saíram vencedores as equipas da Escola Profissional de Ourém (EPO), no escalão secundário, com o projeto “Por uma ribeira mais limpa” e o Colégio do Sagrado Coração de Maria (CSCM), no escalão dos 2º e 3º ciclos, com o projeto “H2o, gasta menos, poupa mais!”

O tema da AJO do próximo ano já foi lançado e tem como base as Jornadas Mundiais da Juventude e a provável vinda de Sua Santidade, o Papa Francisco, a Fátima, o que motivará a visita de milhares de jovens ao nosso concelho. -----

Esta é uma oportunidade única de, utilizando as novas tecnologias, mostrarem aos jovens de todo o mundo como é o nosso concelho e o que podem encontrar.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Cumprimento a mesa -----

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal e a restante vereação -----

Colegas deputados -----

Todo o público presente e ausente da sala -----

Duas questões -----

Já falamos aqui de água, falaremos a seguir sobre água. Gostaria de deixar nota que questão da água é fundamental, não obstante, continuamos a ter prejuízos na Tejo Ambiente e também vamos ter um aumento do tarifário, o que significa mais encargos para os munícipes. Uma questão que gostaríamos de deixar aqui salientada com a esperança de que, com este estudo de viabilidade económico financeiro se possa chegar a bom porto, nesta questão tão premente como é a questão da água. -----

Uma segunda nota para fazer referência a um post que foi feito no passado dia 26 de junho pelo Prof.º Galopim Carvalho nas sua redes sociais, onde dava nota de uma realidade que poderia ser melhor aproveitada a nível local. Dizia ele, tudo aquilo que ele pensou e estudou



para este monumento foi metido na gaveta. Dava nota de várias situações, isto em 96. Fez uma atualização desse estudo e propôs e continua a propor que se faça ali uma intervenção de fundo, no sentido de se requalificar melhor aquele espaço. Do ponto de vista turístico, acho que era muito importante. Deixava aqui o repto, que a Câmara Municipal pudesse debruçar melhor sobre este monumento, uma vez que falamos tanto em turismo, em dinamizar o concelho, aqui está um conjunto de propostas válidas. O MOVE sugere ou deixa como proposta que olhe mais para esta situação. -----

Muito obrigado” -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAR FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal ----

Segundo os dados do INE, nasceram em Ourém, no ano 2021, 326 crianças. Uma variação positiva de 1,2% em relação ao ano anterior. -----

A nível nacional, a variação foi negativa em 5,9% e, no Médio Tejo, também negativa em 9,8%.

Estes números, a nível nacional, refletem acima de tudo um grave problema demográfico, colocando em causa a sustentabilidade do próprio país e que se tem vindo a agravar ao longo das últimas décadas. -----

O problema é abrangente, difícil resolução e irremediavelmente ligado a questões mais vastas, como a Educação, Habitação, Emprego, o crescimento económico ou apoios sociais. -----

Poderá e está a ser minimizado com a emigração, mas urge, a nível nacional e também local, tomar medidas que permitam a sua mitigação. -----

É assim, com algum regozijo, que verificamos que este executivo tem pautado a sua intervenção pela promoção de políticas sociais que visam melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes, nas suas diversas dimensões, contribuindo decisivamente para procurar inverter esta tendência. -----

Números são números, mas nos últimos 4 anos existiu uma tendência de crescimento de 13%, quando comparado com o período homologo, ao passo que a nível nacional a variação foi negativa em cerca de 1% e no Médio tejo, também negativa de 3,3%. -----



A bancada do PSD dá os parabéns ao executivo municipal pelas medidas que tem adotado, nomeadamente, no apoio direto e indireto à natalidade que muito tem contribuído para estes resultados a nível concelhio. -----

Obrigada” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal

do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

O país atravessou uma situação de pandemia que teve muitas repercussões na economia do país e principalmente, levou a um desemprego crescente, o qual também atingiu o nosso concelho. -----

Dados recentes fazem-nos afirmar que a situação foi ultrapassada, existindo registados no IEFP, 590 desempregados no concelho de Ourém, em 31 de maio de 2022, dados esses similares aos que existiam antes da calamidade que assolou o mundo. -----

Estes dados traduzem-se numa percentagem de 2,04% de desemprego, bastante abaixo da média nacional, que na mesma data era de 5,8%. -----

Fazemos notar que, relativamente ao mês homólogo de 2021, houve um decréscimo de 21,02% nessa mesma taxa. -----

A dinâmica empresarial do concelho de Ourém é sobejamente conhecida e medida por diversos indicadores, sempre no topo do distrito de Santarém. Mais uma vez os nossos empresários souberam ser resilientes e reerguer as suas empresas, podendo afirmar-se que o concelho se encontra numa situação de pleno emprego. -----

Segundo o economista britânico *William Beveridge*, uma taxa de desemprego de 3% aponta para o pleno emprego, enquanto para a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) essa estimativa se situa entre 4 e 6,4%, pelo que os 2,04% atualmente registados em Ourém, permitem claramente fazer essa afirmação. -----

Um bem hajam a todas as empresas do concelho que criam emprego e conseqüente crescimento da economia local.” -----



= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “**Programação cultural** ----- Neste último ano, a cultura e tudo o que lhe é associado, deixou marca em Ourém enquanto território e nos ourienses, enquanto comunidade. -----

A reabertura do *Conjunto Monumental do Castelo e Paço dos Condes*, depois de dois anos de obras de reabilitação, deu uma nova vida à Vila Medieval de Ourém. O fluxo de visitantes aumentou consideravelmente, não só os nacionais, mas também os internacionais, devido à disponibilização e readaptação deste espaço, enquanto equipamento cultural, para um conjunto de iniciativas (com destaque para o retomar do nosso *ex libris* como a *Via-Sacra ao Vivo* nas ruas históricas do velho burgo), desde concertos, performances de dança, teatro e exposições nos diversos espaços, e que contribuíram para a capacitação de vários públicos e a divulgação das diversas formas de arte ao mesmo tempo que se promoveu e valorizou o património histórico e a **interculturalidade** da Vila Medieval. -----

Noutro âmbito, destaque para a reativação do *Serviço Educativo do Museu Municipal de Ourém* que, e em especial no contexto da *Vila Medieval* e no *Parque Natureza Agroal*, deram ênfase à memória identitária e coletiva ao mesmo tempo que se educou para o património natural, cultural e histórico do Concelho de Ourém. -----

O panorama cultural de Ourém tornou-se sinónimo de oportunidade, **intergeracionalidade**, integração e inclusão. Nesse compromisso, em articulação com o Museu Municipal, na Freguesia de Freixianda foi implementado o projeto *Museu na Aldeia*, pela SAMP – Sociedade Artística e Musical dos Pousos no âmbito de uma candidatura POISE – Portugal 2020, Portugal Inovação Social, submetida pela Rede Cultura. -----

A decorrer está também o projeto “*CIA - Cidadania Informada e Ativa*” que tem por objetivo principal capacitar os cidadãos para o exercício de uma cidadania informada, cada vez mais assente na comunicação digital em articulação com os organismos da administração local e central. O serviço prestado à comunidade através da Biblioteca Municipal de Ourém em colaboração com as Juntas de Freguesia e outras entidades, para além de desenvolver a capacitação digital de forma descentralizada tem um potencial de atração de novos utilizadores de equipamentos que, de outra forma, estaria mais dificultada. -----



Após dois anos de interrupção, também a *Festa do Livro* voltou, numa estreita colaboração entre a Biblioteca e o Teatro Municipal que, em conjunto, proporcionaram à comunidade ouriense (educativa e geral) encontros com grandes escritores, como Gonçalo M. Tavares e Rodrigues Guedes de Carvalho e encontros com a música e a rícita poética como é exemplo disso o projeto “Os Poetas – Entre nós e as palavras” e Pedro Lamares. -----

A cultura também se descentraliza e o *Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal* é exemplo disso, uma vez que, com a comunidade local tem sido ponto de encontro para tertúlias e conversas informais para todos, sobre os mais variados temas que invocam a memória, a história e as estórias dos elementos mais emblemáticos da comunidade e seus convidados. ---

No que concerne também a mudanças significativas na área cultural deste território, a reabertura do *Teatro Municipal de Ourém*, tornou-se um importante marco que extravasou fronteiras concelhias, sendo muitas das suas iniciativas assinaladas, comentadas em jornais ou outros meios de comunicação regionais e nacionais (RTP1, RTP2, SIC Notícias, Jornal Público, Agência Lusa, entre outros). Tornou-se um espaço cultural creditado, integrando a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), permitindo-lhe, entre outras oportunidades, que através da Direção Geral das Artes (DGArtes) se pudesse submeter uma candidatura para apoio à programação, “*TMO - uma casa de todos, para todos*”. A candidatura já aprovada e em fase de implementação, resulta na atribuição de um valor para 4 anos, a difundir entre 2022 e 2025, correspondente a 800.000,00€, e atua como uma ambição e um propósito para a verdadeira acessibilidade cultural e para estimular e legitimar a democratização cultural. -----

Através do TMO foi implementada uma *oferta cultural regular e contínua* a pensar no público do concelho e da região, através de uma programação vasta que já trouxe a Ourém grandes nomes nacionais na área da música, mas que também saiu fora de portas levando e implementando políticas culturais de proximidade, assente na descentralização, transportando a fruição cultural para além da cidade de Ourém, por forma a abranger um maior número possível de ourienses espalhados pelos territórios das freguesias. -----

A par das dinâmicas culturais próprias do Município e das atividades que decorrem nas diversas estruturas existentes é importante fazer uma grande referência ao papel de parceiro



institucional junto das iniciativas provenientes das coletividades concelhias que muito orgulham, dinamizam e enobrecem o que se faz nesta área. -----

A bancada do Partido Social Democrata congratula o executivo municipal pela dinâmica, trabalho e pelos resultados obtidos, numa evidente estratégia de investimento nos diversos segmentos culturais e na aposta neste domínio. Um bem-hajam!" -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: "O Partido Socialista não pode deixar de saudar as mães corajosas que despenderam um pouco do seu tempo para intervir na última Assembleia Municipal. -----

Relataram aqui as suas preocupações e até o seu desespero perante a falta de vagas em cresces em Fátima para receber os seus bebés. Como mãe posso bem compreender esta situação. Se já não é fácil deixar um filho numa cresce em tão tenra idade para voltar a trabalhar, mais angustiante é não ter onde o colocar. Esta situação de falta de vagas em cresces ou mesmo a necessidade da existência de mais infraestruturas para acolher bebés, entre os 4 meses e os 3 anos em todo o concelho, já não é assunto novo nesta Assembleia. Aliás, pelo menos desde que faço parte desta Assembleia, este assunto tem sido continuamente abordado mas, pelos vistos, sem sucesso, o que me leva a pensar qual o papel da oposição nesta Assembleia Municipal. -----

Foi necessária a intervenção de cerca de 25 mães na última Assembleia Municipal para que este assunto fosse novamente notícia nos jornais locais e não só. E, apesar deste executivo afirmar que não tem competência nesta matéria, o que bem sabemos, tem dever de estar atento às necessidades de todos quantos os que escolheram este concelho para viver, fazendo os contactos, pedidos e averiguações que estão todos ao seu alcance. -----

Desejamos que depois de tantas diligencias que este executivo diz ter realizado, e que foi notícia nos jornais, haja de facto mais vagas nas cresces a partir de setembro e que este assunto tão delicado não passe, mais uma vez, por ser apenas uma notícia. -----

Esperamos, sinceramente, que este assunto tenha um final feliz, mas cá estaremos para ver. -- Obrigada." -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: "Boa tarde a todos -----



Apresento os meus cumprimentos a todos os presentes na pessoa do senhor Presidente -----

Nos dias 23 e 24 de junho 2022, realizou-se em Fátima um dos maiores eventos de promoção internacional de Turismo Religioso, a 10.^a edição do Workshop Internacional de Turismo Religioso. Este evento conta com a parceria de um conjunto de entidades, entre elas o Município de Ourém, o Santuário de Fátima, o Município da Guarda, Turismo de Portugal e Lisboa, Politécnico de Leiria, diversas escolas, hotéis, restaurantes, associações, entre outros. Conforme referiu a organização do evento, é feito um balanço extremamente positivo desta 10.^a edição pela adesão cada vez maior de pessoas e pelo carinho e agradecimentos que recebemos dos participantes que partilham connosco a alegria de estarem em Fátima. -----

Esta 10.^a edição foi uma festa não só pelo 10.^o aniversário, mas também pelo reencontro. -----

Em termos estatísticos e dada ser a 10.^a edição deste Workshop contaram com a participação de 122 hosted buyers, 123 suppliers e 41 expositores de diversas entidades e empresas nacionais e internacionais nas áreas de turismo. -----

Participaram também na sessão conferência inaugural, organizadas na manhã do primeiro dia, 500 pessoas e tiveram lugar diversas reuniões profissionais, num total de 4420 reuniões pré agendadas e diversas visitas ao espaço de exposição. -----

Este evento que é de grande importância para a promoção de Fátima, do Município, da Região e até do País. -----

No final, resta-nos deixar uma saudação à organização liderada pela ACISO. Aos apoiantes e patrocinadores, em especial os empresários do Município que, ano após ano, se associam e apoiam neste evento.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal -----

Exmos. Sras e Srs Vereadoras -----

Caras Colegas e caros colegas deputados municipais -----

Dois anos de pandemia, dois anos com a maioria das pessoas fechadas em casa, dois anos sem realização da FeiraOurem. -----



A nossa FeiraOurem, recuperada nestes moldes, e bem, em 2018, pelo anterior executivo, era, possivelmente um dos momentos mais aguardados pelos habitantes deste concelho. -----

Quase um momento de libertação coletiva, de reencontros, de convivência entre pessoas que não se viam há mais de 2 anos, de regresso de muitas que são naturais deste concelho e que habitam por esse país fora. -----

Mas perante o que aconteceu fica sem duvida um amargo de boca, uma sensação de que algo correu bastante mal, uma sensação que se deveria estar a falar de uma festa enorme, do divertimento, dos bons e muitos negócios que os feirantes e expositores conseguiram fazer, e o que ficou foi a contestação, a discussão sobre as entradas, a grande insatisfação dos feirantes, bem visível em acaloradas discussões (termo bondoso) destes com elementos do executivo municipal, inclusive com ameaças de abandono da Feira. -----

Tudo isto porque o executivo municipal decidiu aplicar um valor de entrada, para todo o recinto da feira, inclusive para a zona de exposição dos negócios, para a zona de diversões para as crianças, etc. Assistimos a situações tão ridículas como por exemplo, alguém que pretendia ir simplesmente cumprir a tradição de comer uma fartura, ter que pagar € 5 euros de entrada, mais do triplo do preço do próprio produto (isto foi uma situação real). -----

O executivo municipal escolheu esta via, convictamente, perante uma feira recente, ainda sem os motivos de interesse geral que levassem as pessoas a justificar um pagamento, querendo comparar com eventos já absolutamente consolidados e com décadas de existência. -----

O termos de comparação deveriam ter sido eventos semelhantes, alguns de bem maior dimensão, como por exemplo a Feira de Maio em Leiria, as festas de São Pedro em Porto de Mós, que são totalmente gratuitas. -----

No discurso de inauguração da FeiraOurem, ao qual tive oportunidade de assistir, o Sr. Presidente da Camara disse convictamente que este ano seria assim (entradas pagas) e logo se veria como corre. Um dia depois, perante a enorme contestação emendou a mão. Fez bem, mas o erro estava feito, a imagem ficou e não foi bonita. Foi pena!" -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: "Boa tarde -----

Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----



Teve lugar no passado dia 20 de junho a inauguração da reabilitação do Castelo e Paço dos Condes e sua adaptação a espaços museológicos, estando o local aberto ao público desde julho 2021 mas, por vicissitudes diversas só agora foi oficialmente inaugurada a grande intervenção de reabilitação.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Estratégico de Ourém, PEDU, aprovado pelo Centro 2020 integra o plano de ação de regeneração urbana da cidade contemplando as seguintes intervenções: -----

- Reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira; -----
- Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes para espaços museológicos; -----
- Reabilitação do cineteatro; -----
- Expansão do Parque Ribeirinho D. António Teixeira – 1.ª fase; -----
- Reabilitação do espaço público no núcleo central, jardim Le Plessis-Trevisse -----

Estão assim concluídas todas as intervenções que constavam do PEDU Ourém, com o montante inicial do FEDER de cinco milhões e quatrocentos mil euros. -----

Apenas em outubro de 2017, no dia seguinte à tomada de posse do novo executivo municipal, iniciaram-se as obras de requalificação Avenida D. Nuno Álvares Pereira, o único projeto concluído e em condições de concretização, quando outros municípios já estavam em fase de obras muito mais adiantadas. -----

Foi necessário proceder à conclusão de dois projetos já iniciados e elaboração dos restantes, de modo a ser possível cumprir com os prazos previstos do Quadro Comunitário e assim obter o máximo financiamento afeto ao PEDU de Ourém. Foi certamente, um trabalho intenso, rigoroso e de muita exigência na articulação de todas as partes envolvidas aquele que foi desenvolvido pelo executivo municipal e as suas equipas técnicas. -----

Depois de majorações perdidas, anteriores a outubro 2017, por ineficácia de concretização, foi possível a este executivo ter sido elegível para a atribuição do prémio de reforço para atribuição das verbas elegíveis fruto dos graus de concretização física e financeira das intervenções. -----

Concluído o PEDU, o que só nos pode orgulhar e a todos os ourensenses, e ouvidas as palavras da Presidente da CCDR Centro em contexto de inauguração da obra do Castelo, em que



realçou a capacidade de trabalho deste executivo, no aproveitamento dos fundos que a União Europeia disponibiliza, para executar com qualidade, rigor e oportunidade obras tão necessárias ao nosso concelho. -----

Só podemos por isso e também congratular o executivo da Coligação Ourém Sempre, pelo trabalho desenvolvido e fazemos votos para que o trabalho realizado no âmbito do Quadro Comunitário 2020 possa ser replicado para o próximo Quadro Comunitário 2030, sinal de presságio positivo para futuro do nosso concelho.” -----

= **FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Gostaria de acrescentar uma coisa ao texto da Ana Vieira. -----

Relativamente a este evento que se deu em Fátima, o facto é que Fátima continua a não ter sítio nenhum para receber quem nos deseja o bem, que são os nossos consumidores e as pessoas que espalham a mensagem por esse mundo fora. Continuamos a recebe-los numa tenda. Para uns uma tenda, para outros uma barraca, tudo depende se for um campismo ou uma feira. -----

Entristece-me bastante, ano após ano, e não há solução à vista. Avançamos e avançamos e as coisas vão-se repetindo. -----

Obrigado” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Após o interregno dois anos devido à pandemia COVID-19, a FeirOurém regressou em grande em 2022, tendo-se traduzido num verdadeiro sucesso. -----

Este evento, durante seis dias, superou todas as expetativas, tendo havido uma forte afluência do público. -----

Mais de 45.000 pessoas estiveram na FeirOurém num mesmo espaço que conseguiu reunir música para todos os gostos, gastronomia, artesanato, atividades desportivas e culturais, privilegiando-se e promovendo-se o trabalho desenvolvido por empresas e associações. -----

O nosso certame contou com a presença de expositores oriundos de todo o país que ofereceram e proporcionaram um variado leque de opções aos visitantes assim como a zona de street food, diversões e uma área exclusiva à restauração. -----



A bancada do Partido Social Democrata congratula-se pelo enorme êxito do evento que é considerado o mais importante do concelho e começa a ganhar contornos regionais e nacionais. -----

É devida uma palavra de agradecimento muito especial a todos quantos tornaram possível o regresso da FeirOurém e, em concreto, aos ourenses por terem aderido em massa, dando outro brilho ao evento e contribuído para trazer novamente à nossa cidade momentos de alegria pelos quais já todos ansiávamos.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos os presentes -----

O assunto que trago hoje, já o trouxe há uns 7/8 anos, no tempo do outro executivo. Como não foi resolvido, e sei que não era competência, naquele momento, da Câmara Municipal e agora também não será, mas, deixo o assunto: -----

Quando entramos no IC9, vindo do Norte, na rotunda do Pinheiro, a primeira indicação que nos aparece em relação a distâncias, diz que estamos a 20km de Fátima, 51km da Nazaré, 132km de Lisboa e 208km do Porto. Não ponho em questão a distância em relação à Nazaré, Lisboa ou Porto mas, o que respeita aos 20km da cidade de Fátima, claramente que é falsa esta informação e, se dúvida houvesse, basta andar mais 5km e ver que aparece uma outra informação onde diz que Fátima está a 8km. -----

Sabendo que não é da competência da Câmara Municipal, gostaria que a mesma tentasse fazer alguma coisa para repor a verdade nesta informação.” -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ourém foi distinguido com o Grande Prémio “Autarquia do Ano 2022”, com a apresentação do projeto "O exemplo da Marca AMO". Além deste galardão, Ourém venceu na categoria “Democracia, Igualdade e Participação Cívica”, mais concretamente na “Comunicação entre Eleitos e Eleitores”. -----

A entrega do prémio, atribuído pelo “Lisbon Awards Group”, decorreu no início do mês de junho em Lisboa e contou com a presença da Mesa da Assembleia Municipal de Ourém. -----



A candidatura compilou algumas das boas práticas levadas a cabo por este órgão deliberativo, nomeadamente as que se relacionam com um dos seus principais propósitos: aproximar os eleitos dos eleitores, fomentando uma democracia participada, onde todos os munícipes assumem um papel fundamental. -----

Com a criação do acrónimo “AMO”, a Assembleia assume como desejo que todos os ourenses nutram amor pela sua terra. (Não são raras as vezes que vemos pessoas tirarem fotos junto ao Monumento dos Eleitos Locais (AMO) e a postar nas suas redes sociais). -----

A aposta nas novas tecnologias, na transparência, na inovação e no acesso à informação, para eleitos e cidadãos, de onde se destaca o lançamento da APP dos Eleitos Locais, a par de todas as iniciativas levadas a cabo pela Assembleia, com particular ênfase na AJO – Assembleia Jovem de Ourém, foram determinantes na avaliação do júri do concurso. -----

É com grande orgulho que vimos acontecer este reconhecimento. Ao longo dos anos temos procurado inovar e envolver cada vez mais as populações nas nossas iniciativas, sobretudo os mais jovens. -----

Penso que estamos caminho certo para prosseguir o nosso grande objetivo: valorizar o papel da Assembleia Municipal de Ourém, enquanto Casa da Democracia Local.” -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinha verificado qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em



cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “**Excelentíssimos,** -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online, que estamos a realizar através das redes sociais, -----

Estimados ourenses, -----

É com redobrada honra e espírito de missão que eu, e a equipa que tenho o privilégio de liderar, voltamos a submeter a nossa ação ao escrutínio da Assembleia Municipal. -----

Permitam-me que inicie esta minha intervenção, introduzindo um breve balanço das celebrações do Dia do Município e da própria FeirOurém. -----

Entre 15 e 20 de junho, Ourém tornou-se numa verdadeira capital a nível regional, servindo de ponto de encontro para largas dezenas de milhares de pessoas, que aqui procuraram conhecer um pouco mais sobre o nosso Concelho. -----

É verdade que muitos o terão feito à boleia dos espetáculos artísticos que promovemos, mas também isso justifica os valores que investimos na contratação de artistas de renome nacional e internacional. -----

Mesmo sem estar na posse de todos os dados, e ainda que de uma forma superficial, acredito ser de elementar justiça reconhecer que a FeirOurém’22 resultou num verdadeiro sucesso, tanto para quem a organizou, como para as dezenas de empresas e empresários que investiram tempo e dinheiro neste certame. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

Já tive a oportunidade de o dizer e repetir, mas entendo ser necessário reforçar este alerta: avizinham-se tempos difíceis... -----

Se é verdade que vivemos hoje muito longe do espectro da pandemia e dos terríveis prejuízos que dela decorreram e ainda decorrem, também é verdade que novos obstáculos foram surgindo, e as dificuldades ameaçam perpetuar-se. -----



Falo, essencialmente, da guerra entre Rússia e Ucrânia, e das consequências humanitárias e prejuízos financeiros dali resultantes. É um contexto preocupante e ameaçador, que gera problemas em todo o Mundo, pelo que Ourém não escapará imune. -----

Também aqui, neste nosso Concelho em franca recuperação e amplo desenvolvimento, já todos sofremos com as consequências da guerra. Aumento dos combustíveis, inflação em níveis aos quais já não estávamos habituados. -----

... Um cocktail perigosíssimo, que já começa a fazer estragos na nossa comunidade, obrigando à intervenção dos serviços de ação social do Município. -----

A este propósito, reforço a garantia de que o Município de Ourém não abdica do seu papel em defesa das famílias, das empresas e das instituições nos momentos complicados que se adivinham. Também aqui, ninguém ficará para trás! -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

Aproveitando este infeliz contexto, transporto a minha intervenção para outro flagelo que urge evitar. A designada época de incêndios avizinha-se, pelo que todos os cuidados serão poucos para protegermos o nosso território. -----

Felizmente, o Concelho de Ourém tem o privilégio de beneficiar da voluntariosa ação de três corporações de bombeiros, compostas por cerca de três centenas de briosos soldados da paz.

Porque reconhecemos a importância vital da sua ação e a dimensão do serviço que prestam à comunidade, o Município de Ourém entendeu, muito recentemente, reforçar o nível de apoios conferidos às respetivas corporações. -----

O comprometimento do Município de Ourém com as Associações de Bombeiros é total, pelo que continuaremos empenhados em apresentar medidas que possam beneficiar estas instituições, pela importância que detêm no âmbito da segurança da comunidade, mas também pelo trabalho que têm realizado e pela sua entrega na proteção dos ourenses. -----

Este comprometimento está plasmado no aumento dos valores atribuídos pelo Município às corporações, através dos protocolos plurianuais. A proposta que hoje submetemos à aprovação desta Assembleia, traduz o resultado de uma nova fórmula de cálculo, que entendemos como mais adequada à realidade do PPI, o Plano Prévio de Intervenção. -----



Está em causa um aumento de cerca de praticamente 32 por cento, em relação ao último valor atribuído pelo Executivo do Partido Socialista. Em rigor, subiu de 149.393 euros, anuais, atribuídos para o quadriénio 2014/17, ----- para 177.000 euros, anuais, protocolados para 2018/22. Este ano, registamos nova subida, através da atribuição de 197 mil euros, anuais, para o quadriénio de 2022/26. -----

E estes são apenas os apoios ditos regulares, aos quais devemos somar a atribuição de outros valores. Paralelamente, o Município também atribuiu a cada corporação, 1000 euros mensais, a cada instituição, para quatro anos, no âmbito dos protocolos para aquisição de um veículo de socorro, o que significa um investimento de 144 mil euros, durante os próximos quatro anos. ---

A somar a estes valores, importa referir que também foi reforçado o valor referente ao apoio para alimentação dos operacionais do DECIR, que passou de 4,77 euros para 7 euros por dia. Somando todos os apoios, o Município de Ourém está a atribuir um valor muito próximo dos 600 mil euros anuais, a repartir pelas três corporações do nosso Concelho, incluindo neste bolo o apoio à criação de equipas de intervenção permanente, as EIP. -----

Neste contexto, permitam-me que recorde, também, que em 2017, quando assumimos funções pela primeira vez, o nosso Concelho registava a presença de apenas uma EIP. Daí para cá, por força da influência do Município e também do apoio que conseguimos atribuir, foram criadas mais três equipas de intervenção permanente. -----

Hoje, se esta Digníssima Assembleia aprovar o constante no Ponto 2.10 da Ordem do Dia, o nosso território passa a contar com mais três equipas, além das quatro que já tinha. -----

Ou seja, a partir da próxima sexta-feira, dia 1 de julho, o Município de Ourém terá sete equipas de intervenção permanente! Sete! Quando tinha apenas 1 em 2017. -----

Aproveito, aliás, esta oportunidade para agradecer, uma vez mais, a todos os bombeiros do nosso Concelho, desejando, em nome de todos os ourenses, que passem um verão mais descansado e em segurança, e que não tenham tanto trabalho quanto se perspectiva. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

Também no contexto da valorização e proteção das zonas rurais do nosso Concelho, permitam-me que destaque a dimensão e a utilidade de outra valência crucial para a defesa do nosso território. -----



A constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP), denominada por “Serras do Norte de Ourém”, que abrange mais de 4 mil hectares, em áreas das freguesias de Espite e Urqueira, bem como da União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos. -----

Trata-se de uma ferramenta que vai contribuir, seguramente, para a diminuição da vulnerabilidade do nosso território aos incêndios, e criar condições para o desenvolvimento socioeconómico e para a sustentabilidade das áreas abrangidas. -----

A propósito da valorização e defesa do território, permitam-me que destaque a abertura de mais quatro balcões BUPi, no nosso Concelho. Além da Cidade de Ourém, o Balcão Único do Prédio está agora presente na Cidade de Fátima e nas vilas de Caxarias, Freixianda e Olival.

Recordo a todos os munícipes, que o BUPi é uma ferramenta essencial para protegermos o que é o nosso. É um serviço totalmente gratuito, que nos permite identificar, mapear e contribuir para o programa nacional de cadastro em curso, essencial para valorizar todo território. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

O tema do BUPi e da valorização do território, também nos remete para a importância do papel das juntas e uniões de freguesia do nosso Concelho. -----

Como sabem, até ao ano de 2017, as juntas recebiam, entre todas, cerca de 700 mil euros por ano, um valor global e direcionado apenas à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros. -----

No exercício autárquico de 2017 a 2021, foi possível rever os valores distribuídos, e reforçar e alargar as competências às juntas de freguesia, alargando a sua esfera de ação. O valor a atribuir, que antes de 2017 rondava os 700 mil euros, passou a ser de quase 1 milhão de euros, mais precisamente 989.229,60 euros, o correspondente a um aumento de 41% face aos apoios de 2017. -----

Mesmo reconhecendo que parte destas delegações de competências foram transferidas em virtude do processo de descentralização em curso, o Executivo que lidero conseguiu aumentar os valores propostos, alargando, de igual forma, o lote de competências delegadas a cada junta ou união de freguesia. -----



A proposta que hoje submetemos à votação desta Assembleia, junta os valores negociados com as juntas de freguesia no âmbito do processo de descentralização, aos aumentos já previstos pela Câmara Municipal. Contas feitas, estamos perante cerca de 1,2 milhões de euros, mais precisamente 1.190.956,33 euros, o correspondente a 70% de aumento face aos valores de 2017. -----

Tal como já tive a oportunidade de realçar, o Município de Ourém preconiza uma estratégia da qual não abdica, continuando, por isso, fortemente empenhado em reforçar os meios e as competências das autarquias locais, dotando-as de maior autonomia para que possam resolver os problemas com que se debatem diariamente, sempre em prol da nossa comunidade. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

O Concelho de Ourém vive uma fase absolutamente decisiva para determinar o desenvolvimento deste nosso território. -----

Foi precisamente neste contexto que privilegiámos a elaboração e execução do Plano de Urbanização de Ourém e do Plano de Urbanização de Fátima. São duas ferramentas verdadeiramente imprescindíveis para o desenvolvimento sustentado das zonas urbanas do nosso Concelho. -----

Paralelamente, caminhamos a passos largos para a concretização de um projeto crucial para o desenvolvimento económico e social de todo o Concelho, beneficiando uma área isolada e muitas vezes ignorada num passado recente. -----

Falo da futura Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda e dos muitos benefícios que dela poderemos colher, através da criação de emprego e geração de riqueza, que um projeto desta dimensão, certamente nos conseguirá oferecer. -----

A propósito de projetos de grande dimensão e ainda maior relevo para o desenvolvimento do Concelho, permitam-me que saúde o facto de estarem em plena fase de conclusão, as empreitadas de requalificação da Estrada da Loureira, bem como do troço na EN356 que liga o Nó da IC9 à Zona Industrial de Ourém. -----

A estas duas empreitadas, devo acrescentar, também, a requalificação do Largo do Rossio, em Urqueira, que pode não ter a mesma dimensão em termos de obra e valores, mas não deixa de



representar a concretização de um equipamento crucial para o desenvolvimento desta freguesia. -----

Minhas senhoras, meus Senhores, -----

Assumindo o risco de repetir um assunto tantas vezes aqui debatido, não posso concluir esta minha intervenção sem reforçar o empenho do Município de Ourém, na resolução de um problema que afeta grande parte da nossa comunidade. -----

Falo da escassez de profissionais de saúde e no sem número de portas às quais já batemos, em prol de uma solução. -----

Ainda agora, aproveitando a presença da Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, nas celebrações do Dia do Município, fizemos questão de reforçar toda a nossa preocupação e indignação perante os números deste problema. -----

Tivemos a oportunidade de sublinhar que mais de 13 mil utentes do nosso Concelho continuam sem médico de família. É um problema sem fim à vista, mas o Município de Ourém não desarma nesta luta em prol dos ourenses e cá estará para pressionar a tutela e não deixar cair esta situação no esquecimento do Poder Central. -----

Muito obrigado!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC



Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC
Anexo O	Gabinete Técnico Florestal	GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal ----
 Senhor Presidente, Luís Albuquerque, estive presente na apresentação do Plano Urbanização de Ourém, onde questionei relativamente à rede viária, mas concretamente, ao trânsito pesado. Está planeado? Vi a parte do plano de urbanização e não fiquei totalmente esclarecido. No interesse da cidade de Ourém e de quem cá vive, pessoalmente, no que toca à parte sul da cidade e no que toca ao trânsito pesado, se existe um planeamento, como se vai proceder ao desvio do trânsito pesado do centro da cidade de Ourém. -----

Outra questão, relativamente a Fátima. Tem a ver com a ligação do IC9 à A1, qual o ponto de situação, há algum projeto para a respetiva ligação. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Tenho aqui um conjunto de perguntas que gostaria de fazer ao senhor Presidente de Câmara -----



Primeira pergunta é sobre a Insignare. O senhor Presidente da Assembleia Municipal já referiu que temos uma Comissão a discutir o Ensino Profissional. Foi recebida a senhora Diretora Executiva da Insignare. Como Presidente da instituição queria perguntar-lhe se acha que está tudo bem. -----

Gostaria de falar da falta de planeamento. A colega Helena falou na questão das cresces que é uma clara falta de planeamento. Sabia-se, há muito tempo. As mães vieram aqui alertar e as coisas começaram a resolver-se muito depois disso. O papel do Município é antecipar os problemas. Deixe-me falar do caso, obviamente bem menor, o jardim aqui em frente. Abriu há mais de 3 meses e qual o espanto, na semana passada, abriu o primeiro estabelecimento cafetaria e abriu com mobiliário, pelo menos externo, do tempo da outra senhora. Segundo sei esse mobiliário é da responsabilidade da Câmara. Perguntas. Não faria sentido ter feito os concursos de concessão bem antes de terminar as obras. Fazia sentido que com a abertura do jardim, mais semana menos semana, todo o espaço estivesse disponível. Assim, dá uma péssima imagem o jardim novo, com tudo fechado. Não faria sentido ter comprado as cadeiras e os chapéus, a adquirir pelo Município, antes? Os contratos visíveis nos documentos apresentados, são posteriores a abril. -----

Outra pergunta. Vendo os documentos anexos à sua comunicação, porque é que os contratos relativos aos artistas Ana Bacalhau e Barbara Bandeira para a FeirOurém foram efetuados em nome do Teatro Municipal. é uma questão contabilística? -----

Nos documentos anexos à sua comunicação, há dados realmente preocupantes. A taxa de cobertura dos investimentos. Por exemplo, sabe qual é a percentagem da cobertura das receitas de capital. O grau de execução na vertente despesa e o grau despesa realizada. Sabe a percentagem? Os dados que nos foram apresentados são de final de maio. Os graus de execução deveriam estar em cerca de 40% e todos eles estão abaixo dos 20%. Qual é a explicação? Nas Grandes Opções do Plano estamos a 22% de execução. Vamos chegar ao final do ano com mega saldo de gerência.” -----

= **FRANCISCO EMANUEL MARQUES LOPES**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde -----



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimentava todos os presentes aqui e lá em casa -----

A minha questão tem a ver com a questão de falta de médicos no concelho. Qual o ponto de situação? Há alguma novidade acerca desta matéria? -----

Obrigado” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Uma primeira questão, tem a ver com a requalificação da rua Francisco Sá Carneiro. Os moradores, comerciantes e mesmo os pais que têm os meninos no jardim de infância têm algumas preocupações sobre a acessibilidade quando as obras avançarem. A minha questão, será que as pessoas têm acesso ao largo que está ali. -----

Outra questão e é mais uma sugestão. Junto ao parque linear, muitas vezes as pessoas fazem o passeio pedestre e depois atravessam a rua para continuarem o percurso, não existindo ali passadeira, está mais à frente. Não é possível colocar ali uma passadeira para que as pessoas atravessem a estrada, junto das bombas, com mais segurança. -----

Outra questão. tenho um escritório ali na avenida e, todos os dias, vejo pessoas a cometer contraordenações. Quem circula vinda do lado dos bombeiros quer ir para o lado do jardim ou quem vem do lado Este, quer cortar para a rua Dr. Silva Neves. Pergunto, não há a possibilidade de fazer um descontinuar da sinalização longitudinal, para evitar acidentes. -----

Um outro assunto, mais particular, mas que não deixa de ter interesse para os meninos que frequentam a escola primária do Bairro. O escorrega há mais de um ano que continua no mesmo estado, pergunto se não é altura de o arranjar, mesmo que seja agora no final do ano, para que os meninos em setembro possam utilizar o pouco que têm lá para brincar. -----

Obrigado” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa -----

Tenho duas questões. Uma já trouxe aqui. Tendo em conta que a AJO 2023 também vai tocar este assunto, Jornadas Mundiais da Juventude. Toda sabemos que é um evento muito importante a nível nacional e para o nosso Município, gostaria de saber se a Câmara Municipal



já começou a agilizar a possível vinda do Papa Francisco a Fátima e todos os jovens e pessoas que possam vir a Fátima e ao concelho de Ourém. -----

Segunda questão, tem a ver com as obras que estão a ser efetuadas na rotunda, perto da rodoviária em Fátima. que tipo de infraestrutura está a ser criada e qual o motivo. -----

Obrigada” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Tenho dois ou três questões para o senhor Presidente da Câmara -----

A primeira é mais um esclarecimento. Por duas ou três vezes manifestou alguma confusão e gostava de esclarecer. -----

O MOVE é um Movimento Cívico de Cidadãos e nunca foi um Partido Político, como algumas vezes aqui corrigi, o que não impede de quem quer que seja, participar ativamente num Partido Político, mesmo que que não milite neste. Na nossa Democracia há a possibilidade de cumprir um dever cívico e democrático estando sempre livre de qualquer obrigação de retaliação. Algo que seguramente desconhece quando já aqui o assumiu nesta Assembleia. E, para complementar a sua informação continuo a ser independente de qualquer associação política, o que permite ter a liberdade de pensamento, algo que também deverá desconhecer. -----

Mais duas questões. Comenta-se por aí que a Câmara tem um projeto para o CEF, para transformar as piscinas do CEF nas piscinas municipais. Gostava de saber se isto tem alguma ponta de verdade ou se é mais um disse que disse. -----

Por fim, gostava de voltar ao assunto do Parque da Freixianda. Há uns tempos fez a chamada de atenção que havia um protocolo com a Câmara para a reparação do campo de ténis. De facto, esse protocolo foi feito o ano passado, agosto ou setembro, no valor de 12.898,00 euros. Gostava de saber em que ponto está esse protocolo. Se a Câmara já o pagou. Se a Junta de Freguesia já fez ou avançou com os trabalhos. Até à data de hoje, o que se limitaram a fazer naquele campo de ténis foi tirara a alcatifa e está em perfeitas condições de inutilidade. Para quem recebeu, para quem irá receber, ou para quem tem um protocolo de perto 13 mil euros do dinheiro de todos nós, acho que há aqui algumas respostas devem ser dadas às pessoas. –

Obrigado” -----



= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Cumprimentava todos, a Mesa, Executivo e deputados -----
Perguntava ao senhor Presidente da Câmara, sabendo que não é competência do Município o assunto em causa, mas na última assembleia tivemos presentes um grupo de mães preocupadas com a falta de vagas na creche, principalmente em Fátima, mas também no resto do concelho. Gostaria de saber se o executivo efetuou algumas diligências para colmatar esse problema que temos no nosso concelho. -----
Obrigado” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Cumprimentava a Mesa, os vereadores, colegas, público a assistir, comunicação social -----
Perguntava ao senhor Presidente se está prevista a colocação de mais postos de carregamento de carros elétricos em Fátima. neste momento, quando se consulta, aparece em três locais, um da Tesla, um Hotel Cruz Alta e um está junto ao Hotel Estrela de Fátima. -----
Uma segunda questão. julgo não ser da competência do Município, mas a Estrada Nacional que vem do Vilar dos Prazeres e entra em Ourém, tem uma zona onde as raízes das árvores estão a romper o alcatrão, sendo perigoso para quem circula de dia como de noite naquele local. Deixo esta chamada de atenção para esta situação naquela zona. -----
Obrigado” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, na qualidade Presidente União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Cumprimentava a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----
Em primeiro lugar queria agradecer ao senhor deputado a preocupação que ele tem demonstrado em relação à Freixianda. Fico muito feliz por isso. não se preocupe, a Freixianda vai no bom caminho e está bem entregue. -----
Quanto ao campo de ténis, o senhor deve aprender a ler porque já é a segunda vez que vem aqui falar nisso e, uma das vezes, eu até estava ausente. Gostaria de dizer, o campo de ténis foi celebrado o protocolo e, se o senhor lesse, deve saber, o protocolo tem regras e tem tempo para ser executado. Está tudo dentro do tempo, dentro do prazo. Qual é a sua preocupação?



Não percebo. O senhor estava a dizer que era o dinheiro de todos e não sabia como tinha sido utilizado. Se o senhor quiser, dirija-se à Freixianda, à Junta de Freguesia que eu mostro-lhe tudo o que lá está. Não venha para aqui com dúvidas, senhor deputado. Na Freixianda as coisas fazem-se corretamente. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Trânsito pesados. O Plano Urbanização de Ourém não é um plano de tráfego, é um plano diretor para a cidade de Ourém que prevê muitas coisas, que não o tráfego. Mas, em relação a esta questão e se esteve atento à apresentação que foi feita, existe no plano uma previsão de uma variante à cidade de Ourém, a nascer junto ao cruzamento, hoje, para a estrada da Caridade que rasgará em direção à Ribeira e virá até à rua dos Bombeiros Voluntários. No futuro, essa será previsivelmente uma situação que será tida em conta no trânsito pesado na cidade de Ourém. A avenida D. Nuno Álvares Pereira foi feita com determinado perfil, uma opção na altura tomada pelo executivo, não sei se bem se mal, mas o perfil que tem não permite o trânsito pesado, tendo que haver uma alternativa. A avenida Sá Carneiro tem um perfil diferente, 7m, precisamente para permitir que o trânsito pesado possa circular por ali, em vez de circular na avenida D. Nuno Álvares Pereira. No futuro há essa possibilidade, conforme previsto no Plano Urbanização Ourém. -----

- IC9 / A1. É uma situação que não é da nossa responsabilidade. Já tive reuniões com vários secretários de Estado e também com o IP para abordar esta situação. Ela tarda em sair do papel. Temos uma ideia do que poderá ser feito. Não baste dizer que iremos fazer uma ligação onde o IC9 se cruza com a A1, penso que em termos técnicos isso não será possível, mas mesmo que fosse possível, iríamos agravar ainda mais o trânsito que hoje acontece na estrada de Leiria / estrada da Loureira, que já é caótico e se estivesse ali um nó de saída, muito pior seria. Toda esta situação terá de ser muito bem pensada. Temos uma ideia e haveremos de ter a oportunidade de a apresentar ao senhor secretário de Estado, ao IP ou à entidade que se entenda que seja responsável por esta situação. -----



- Insignare. Já não é novidade. Parece que o Partido Socialista não tem mais nada que falar a não ser na Insignare. Tive oportunidade de dizer aqui na última reunião líderes que terei todo o gosto de prestar os esclarecimentos necessários na Insignare, teremos todo o gosto em receber quem a Assembleia Municipal entender que ali se deva deslocar e todos os esclarecimentos serão prestados de acordo com a transparência que é habitual e normal existir nesta instituição. Não há muito mais a acrescentar em relação a isso. ainda hoje tivemos a oportunidade de assistir a uma bela apresentação de alunos da Insignare, onde são desenvolvidos projetos educativos de muito valor que me parece devem ser enaltecidos e não menosprezados como tem sido feito aqui constantemente nas últimas reuniões. -----

- Jardim Municipal, concurso/mobiliário. São duas coisas distintas. Em relação ao concurso, este existiu e as lojas estão atribuídas, mas um concorrente desistiu. Apresentou uma candidatura, apresentou valores, posteriormente desistiu. Todo o processo, por força disso mesmo, atrasou. O processo poderia ter começado antes? Poderia talvez, reconheço, mas não começou. Interessa agora que as lojas estão atribuídas, comunicadas. Uma delas abriu e as outras duas, com certeza, nos próximos tempos terão condições também para abrir. Isso parece-me importante para reforçar a oferta que existe naquela zona e isso também deve ser enaltecido. Gostaria também que o senhor deputado enaltecesse também a obra que ali está feita e que, parece-me, veio engrandecer o centro cívico da nossa cidade. Ficava bem falar dessa situação e não apenas criticar. -----

Em relação ao mobiliário. O jardim tem um projetista e nós tivemos o cuidado de perguntar ao projetista que tipo de mobiliário melhor se adequava aquele espaço. O arquiteto, depois de fazer o estudo, entendeu propor uma situação de aquisição de mobiliário. Tudo isto demorou mais tempo do que gostaríamos. Hoje os dois concursos, foram divididos, um para o mobiliário e outro para os chapéus de sol. Um deles está concluído, o outro ficou deserto por força da subida dos preços. O preço que inicialmente tinha sido dado, não foi possível nenhuma empresa concorrer, tendo que ser repetido, pelo que esta situação estará ainda a ser demorada, mas penso que logo que seja possível isso irá acontecer. -----

- Contratualização Ana Bacalhau e Bárbara Bandeira. Foram todos contratualizados pela Câmara Municipal, o TMO não tem personalidade jurídica à parte da Câmara Municipal. o



número contribuinte é o mesmo. Foram contratualizadas num pacote diferente porque faz parte da candidatura que conseguimos aprovar, de 800 mil euros em 4 anos. Estes dois contratos foram contratualizados nesse âmbito e por isso aparecem fora do resto da contratação. -----

- Taxa cobertura investimentos. Ninguém mais gostaria que os investimentos estivessem mais avançados do que nós. os entraves burocráticos que existem. Para iniciar obra temos: a Área Empresarial da Freixianda que falta o visto Tribunal Contas, andamos nisto há mais de seis meses; Multiusos Caxarias que esteve no Tribunal de Contas cerca de quatro meses, estamos em fase de assinar a consignação com a empresa; 18 julho temos para iniciar Centro Escolar na Atougua que esteve mais de quatro meses no Tribunal de Contas; obras na C+S Caxarias em que o projeto foi remetido recentemente para Tribunal de Contas. Só nestes investimentos estamos a falar em cerca de seis milhões de euros. estes processos demoram, hoje, muito tempo. Infelizmente é o que temos. Por exemplo, o Tribunal de Contas criou uma nova plataforma para comunicar com as câmaras municipais e temos um funcionário para submeter um processo para Tribunal de Contas. Tudo isto demora muito tempo. Outra razão, é a dificuldade que temos em iniciar uma qualquer obra. É um problema. Desde logo pela falta de materiais, falta de mão de obra, empresas que têm equipas que por vezes são apanhadas pela COVID. Tudo isto atrasa muito as obras. Além destas obras que acabei de falar, temos mais para iniciar. Temos a decorrer uma na Lagoa do Furadouro que esteve n meses para iniciar, já com tudo concluído e tudo pronto para iniciar. Recentemente, foi começada uma obra asfaltamento na Gondemaria e Olival e há meses que andamos nisto, para começar na semana passada. Ninguém mais do que nós, gostaria que as obras estivessem num estado mais avançado, mas infelizmente há estes constrangimentos. Infelizmente não é só no nosso concelho, o mesmo se passa em outros concelhos. Felizmente, temos uma coisa que não aconteceu em Ourém, nenhuma obra parou por força dos novos valores que estão associados aos valores que hoje são praticados no mercado e não eram quando as obras se iniciaram. -----

- Falta médico família. Este é talvez um dos maiores problemas que temos neste momento no concelho. É o que acontece por todo o país e, em especial, por toda a nossa região. Mas, o que nos interessa é o que temos no nosso concelho. Neste momento, no concelho de Ourém temos 13.422 pessoas sem médico de família. 363 em Fátima e 13.059 no resto do concelho.



É um problema gravíssimo. Um problema que temos em mãos. Espero que possa ser colmatado com a contratação, com o concurso que a ARS abriu e que prevê a colocação de mais dois médicos no nosso concelho. Espero que muitos destes possam ser reduzidos com a colocação desses dois médicos, mas temos que aguardar, sendo que é uma situação que muito nos preocupa, às populações. Temos feito um esforço grande na requalificação das extensões de saúde e esta situação não tem tido a devida correspondência, reconhecendo que há falta de profissionais, há falta de médicos e não será possível colmatar este problema com a rapidez que todos desejaríamos. -----

- Requalificação rua Sá Carneiro/dificuldades de acesso. Quando há obras, há incómodos. As pessoas têm que passar e têm que aceder. Há um plano de segurança que foi aprovado e que será respeitado, que prevê essas situações: cargas, descargas, acesso a prédios e ao jardim infantil e muitas outras situações que estão ali identificadas. Já temos quase metade da obra feita, falta a outra metade, sabendo que o troço que vamos entrar a seguir será talvez, neste aspeto, o mais complicado. Reconhecemos isso, as pessoas sabem disso. Temos tido o cuidado de falar com as pessoas para minimizar os incómodos que as obras causam. Mas, é assim se queremos modernizar, fazer obra dentro dos centros urbanos há estes inconvenientes. -----

- Parque Dr. António Teixeira. A questão da passadeira já foi colocada várias vezes. O projeto da rua Dr. Francisco Sá Carneiro prevê uma ecovia que irá ligar ao parque Dr. António Teixeira. Enquanto esta situação não estiver concluída, entendemos que não devemos avançar para isto porque, a ideia que havia inicialmente, colocando ali uma passadeira, sem ser uma passadeira sobre-elevada, uma passadeira normal, poderá ser perigoso porque os carros chegam ali com alguma velocidade e poderá tornar-se ainda mais perigoso, pois quem vai na passadeira aparenta que tem mais segurança e pode não ter. Os nossos serviços aconselharam a colocar uma passadeira sobre-elevada, mas há um problema, a ponte que lá existe. Se tivermos uma passadeira sobre-elevada, quando um carro pesado passar por ali, abrandam, mas, quando passa a passadeira cai em cima da ponte. Os serviços alertaram que isso poderia causar problemas na estrutura da ponte, por isso ainda não foi feita. No momento, estamos a terminar



a obra da rua Dr. Francisco Sá Carneiro, a ecovia irá ligar ao Parque Dr. António Teixeira e só depois perceber o que fazer para resolver esse problema. -----

- Questão viragem. Uma questão também colocada já diversas vezes. O que se pretende, cada vez mais, nas cidades é que não existam viragens à esquerda para evitar que os carros possam congestionar mais o trânsito. O projeto criado para a avenida D. Nuno Álvares Pereira não prevê a situação. Há uma rotunda mais à frente. O projeto não prevê e enquanto não passar os cinco anos de execução da obra, a situação não pode ser alterada. O mesmo acontece com os bicos nos passeios que também causam incómodo. -----

- Escorrega Escola Bairro. Já falou nisso duas vezes. Posso dizer que está tratado. Inclusive há uma proposta realização despesa feita com uma empresa, penso que durante esta época de pausa letiva, isso será definitivamente resolvido. -----

- Jornadas Mundiais Juventude. Uma grande preocupação que temos. Tive a oportunidade de estar com a senhora Ministra Adjunta, onde manifestei a nossa disponibilidade para colaborar naquilo que o Governador entendesse para ajudar para que tudo decorra pelo melhor. Já lá vão uns dois meses e não tivemos qualquer tipo de resposta sobre aquilo que apresentamos. Recentemente, houve um novo contacto do meu chefe de gabinete para o gabinete da senhora Ministra e está agendada uma primeira reunião com a chefe de gabinete da senhora Ministra para começar a falar das necessidades que vão existir para receber os milhões de pessoas que esperamos possam vir até Fátima. Internamente já criamos uma comissão, onde estará a Proteção Civil que irá acompanhar de perto toda a problemática. Hoje, estive na Comunidade Intermunicipal e todos estamos preocupados com o afluxo previsível de milhões de pessoas que virão à nossa região, ainda para mais num mês já por si complicado, agosto. Estamos a começar a dar os primeiros passos, procurando que tudo possa decorrer pelo melhor. -----

- Obras rotunda Rodoviária. Parceria que temos com o Rotary Club Fátima que apresentou uma proposta para ali executar uma nova rotunda de homenagem a Procissão das Velas que será inaugurada durante os próximos 15 dias. Parece-me que será um novo ponto de interesse para os visitantes. Acho que é uma obra muito interessante, com muita luz. Foi aprovada no âmbito da Câmara Municipal. será um ponto de interesse que virá melhorar o aspeto visual da avenida e, em especial, daquela rotunda. -----



- Piscinas CEF. Piscinas e pavilhão. Temos vindo a falar com a Direção do Centro de Estudos Fátima no sentido de tentar perceber se dois equipamentos que hoje não estão a ser utilizados, nomeadamente, as piscinas, porque estão fechadas e o pavilhão também porque não há essa oferta pública na cidade de Fátima, se haveria alguma possibilidade de nós podermos chegar a algum entendimento com o CEF para que pudéssemos gerir esses dois equipamentos. Não são piscinas municipais, não é pavilhão municipal, é apenas a gestão de dois equipamentos que hoje não estão devidamente aproveitados e que a Freguesia de Fátima carece deste tipo de equipamentos. Parece-nos a nós que, nos dias de hoje, temos de otimizar recursos e tendo ali estes dois recursos, estes dois equipamentos disponíveis para servir a população, faz muito sentido que a Câmara Municipal possa chegar a um entendimento com o Centro de Estudos de Fátima, será primeiro objeto de decisão da Câmara Municipal, para que os fatimenses possam ter estes dois equipamentos ao seu dispor porque me parece que é importante que isso aconteça, porque se assim não for, irá demorar mais alguns anos para que isso aconteça. ----- Não é nenhuma piscina municipal, não é nenhum pavilhão municipal, serão equipamentos geridos pela Câmara Municipal se chegarmos a um entendimento para os colocar ao serviço da população de Fátima. -----
- Parque Freixianda. Campo de ténis. O senhor Presidente de Junta já respondeu. Posso responder de forma mais calma, dizendo que fico muito agradado que o senhor deputado vá à Freixianda algumas vezes. Posso dizer é que, da nossa parte, o Protocolo foi celebrado. Há regras contratuais a serem realizadas. A Junta de Freguesia, com certeza, assim o fez. Isto não é uma empresa privada que contrata quem quiser. As obras estão a decorrer, estivemos lá recentemente e verificamos isso mesmo. Essa situação ficará resolvida. -----
- Cresces. Uma situação que nos deve preocupar a todos. Na última reunião da Assembleia Municipal tivemos um conjunto de mães que vieram apresentar essa preocupação. Temos vindo a trabalhar com as IPSS, procurando resolver o problema. Em Ourém também existia esse problema, estando prevista a abertura de mais uma sala de cresce na APDAF, um projeto que têm há muito tempo em vias de aprovação na Segurança Social e que foi, finalmente, desbloqueado. Temos a expectativa que esta sala possa abrir para o próximo ano letivo e,



dessa forma, tendo em conta as necessidades que estão identificadas em Ourém, resolver o problema. -----

Em Fátima. ontem tive uma reunião com a senhora Vereadora Micaela Durão com uma IPSS de Fátima, pensado nós que, ao contrário daquilo que aqui foi veiculado e de acordo com aquilo que nos foi comunicado, apenas em novembro se perspetiva que se possa resolver o problema. O maior problema não é na questão nas salas berçário, é na questão da sala de 1 ano e aí prevê-se que só em novembro possa solucionar esse problema. Até lá, posso dizer que a Câmara Municipal irá assumir o que tiver de assumir para que essa situação, nessa altura, esteja resolvida. Temos uma solução mais ou menos alinhavada que passará também com uma parceria com uma IPSS. Como disse, não é competência da Câmara Municipal nem temos conhecimento suficiente para gerir uma cresce, mas iremos fazer parte da solução. Em novembro esperamos todos ter a situação resolvida para que ninguém deixe de ter local para deixar as suas crianças. -----

- Postos de carregamento Fátima. Questão importante. Sei que a Junta de Freguesia está a trabalhar para ter dois locais de carregamento público em Fátima, um no mercado e outro no estacionamento junto ao Centro Saúde. O processo está a decorrer. Nós também, muito brevemente, temos feito um caderno de encargos para colocação de postos de carregamento não só em Fátima, mas também em todo o concelho, Fátima, Ourém, Freixianda, Caxarias, Olival, Vilar dos Prazeres. Parece-nos que é importante termos estes novos postos de carregamento disponíveis o mais rapidamente possível. Dizer também que a rua Dr. Francisco Sá carneiro, em Ourém, o projeto prevê também a colocação de um novo posto de carregamento junto ao Centro Municipal de Exposições. -----

- ER349. Uma situação que vou pedir aos serviços para alertarem o IP. É uma situação perigosa, principalmente de noite quando não se vê. Agradeço a sua chamada de atenção. Iremos fazer a comunicação ao IP para que a situação possa ser resolvida o mais rápido possível. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----



= **LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimentava a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Não tenho nenhuma pergunta, é antes uma informação adicional ao senhor Presidente da Câmara sobre a ER349. Só dar a informação de que as Infraestruturas de Portugal já têm conhecimento daquela situação, há cerca de meia dúzia de anos, e já não foi a primeira vez que lhe passamos essa informação, não ligando nada a isso, preferem ver outros obstáculos que não provocam acidentes, mas que eles dizem que provocam, trata-se de uns cepos na beira da estrada. Com isto preocuparam-se, mas com a outra questão, não. -----

Obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O grupo municipal do Partido Socialista volta a falar da Insignare, falamos porque estamos preocupados. -----

Não foi feito o relatório da primeira audição, mas não fui só eu, dos presentes, que ficou preocupado com a situação. Aliás, foi unânime que havia ali problemas. O que nós queremos é ajudar a resolver um problema que nos parece vai acontecer. O papel da oposição e dos outros é chamar a atenção para isso. é uma questão de preocupação, nada de diferente.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Hoje, já se falou aqui da FeirOurém. Todos sabemos que tem uma dimensão regional e houve um hiato de dois anos. ---

Sabemos todos que não é um processo estático, mas dinâmico. Para nós foi o que aconteceu. Coloco a seguinte questão ao senhor Presidente, que balanço faz da FeirOurém? -----

Obrigado” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Não é tanto uma questão, mas um auscultar de opinião porque nota-se algum foco no circuito que anda a fazer pelo concelho na “Voz a Vós” e fiquei com a sensação, na última assembleia, que era realmente importante para as pessoas estarem corrente, participarem nessa situação do “Voz a Vós”. Aliás até me fez um reparo, se eu quisesse saber alguma coisa era estar presente. A pergunta que lhe faço a seguinte, a de Fátima ficou vazia de cidadãos. Teve alguns elementos políticos que estavam



presentes a cumprir a sua obrigação, mas cidadãos não tinha. Pergunto, qual é o seu sentimento perante este desinteresse das pessoas de Fátima por aquilo que o senhor dá foco e dá importância como sendo relevante para o concelho.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas questões -----

Uma tem a ver com o referido na Informação relativamente ao apoio aos Bombeiros de Ourém e de todos o concelho, que tem sido progressivo e significativo ao longo dos anos. Perguntava sobre a questão do cartão dos Bombeiros de Fátima. -----

Outra questão, tem a ver com o que falou há pouco, uma grande preocupação, os concursos públicos. Julgo que o governo aprovou, há algum tempo, uma nova revisão de preços para concursos públicos. Ficou em objetivar essa revisão de preços. De facto, temo, até na obra do multiusos de Caxarias que já foi a concurso há algum tempo e fruto da minha atividade, percebo bem a problemática. Esta revisão de preços que possa acomodar preços que têm ocorrido na construção civil já foi aprovada? A que existe não acomoda minimamente a inflação que tem existido a nível dos materiais de construção. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- ER349. Senhor Presidente da Junta das Misericórdias, muito obrigado pelo esclarecimento. Infelizmente é assim. Para embargarem uma obra que estávamos a fazer ali, estavam presentes, para resolver um problema que tem mais de seis anos, já é mais difícil. É o que infelizmente vamos tendo do estado central no nosso concelho. -----

- Insignare. Já tive oportunidade de falar nisto. não há mais necessidade de falar sobre o assunto. A sua preocupação não é a minha preocupação. O que lhe quero dizer é que a Insignare, felizmente, está a trabalhar bem e irá assim continuar no caminho que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos. Os esclarecimentos que entenda solicitar, na sede própria, terei todo em esclarecer, de forma a que possa ficar definitivamente esclarecido. -----

- FeirOurém. Quem não esteja por dentro da situação e esteja a assistir a esta assembleia, para uns, PS, foi um desastre completo, para outros, PSD, foi um mar de rosas. Acho que



devemos ter o bom senso de, friamente, analisar aquilo que decorreu bem e o que decorreu menos bem, porque não somos donos da palavra, não temos o dom de saber tudo e erramos. Quando percebemos que erramos temos de corrigir e parece-me que ninguém fica mal com essa situação. -----

Estranho muito que o Partido Socialista tenha elegido como principal problema do Município de Ourém as entradas na FeirOurém porque, pasme-se, fez um comunicado. Acho que não foi feita nenhuma reunião política para fazer um comunicado, foi feito por alguém, uma única pessoa. Basta olhar para os termos que são utilizados para percebermos as ligações. Mas, isso são situações que me transcendem. Muito mal vai o Partido Socialista em Ourém quando o principal problema é a questão das entradas na FeirOurém. Gostaria de ter visto o Partido Socialista fazer um comunicado sobre a falta de médicos em Ourém, isso é que gostaria de ter visto e seria o primeiro a aplaudir esse comunicado. Gostaria de ter visto o Partido Socialista a fazer um comunicado sobre o PU Ourém, sobre o PU Fátima porque nem tudo é bom, há deficiências. Gostaria de ver o Partido Socialista pronunciar-se sobre os verdadeiros problemas do concelho de Ourém. Mas não, o Partido Socialista, aproveitando uma vaga de contestação a uma situação que nós tivemos a coragem e a humildade de corrigir, vem falar naqueles termos. -----

Por isso, senhor deputado Carlos Marques quero dizer-lhe que, na nossa opinião, e quero também prestar homenagem publicamente à senhora Vereadora do Partido Socialista, Cília Seixo que teve a amabilidade de me ligar dizendo que estava preocupada com a situação. Tive a oportunidade, de forma cordial, de com ela conversar, e resolvemos aquilo que poderia ser resolvido. Respondendo diretamente à questão sobre o balanço feito. Acho que o balanço é claramente positivo. Passaram por ali milhares de pessoas. Há muitas coisas a melhorar, há sem dúvida, mas cá estamos para o fazer. -----

Acho que as bases estão lançadas para que possamos ter um evento a nível regional, um evento cada vez melhor, sendo para isso que iremos trabalhar no futuro, para que esse evento seja na realidade melhor do que o que foi este ano e aquilo que foi no passado. -----



- Adesão “Voz a Vós” em Fátima. efetivamente não teve muita gente, mas não tenho culpa disso. Aliás, o povo de Fátima teve oportunidade de se pronunciar nas últimas eleições e demonstrou bem o que queria. -----

O senhor deputado também foi eleito por um Partido Político, não por um Movimento, e teve os votos que os fatimenses entenderam dar na sua terra. Essa é a melhor resposta em relação ao interesse que os fatimenses têm para com este executivo. -----

Comparando o “Voz a Vós” de Espite, onde participaram cerca de 60 pessoas, numa Freguesia que tem pouco mais de mil habitantes, com as 50 pessoas que participaram em Fátima, é muito pouco para aquilo que deveria ter sido. -----

É o que lhe posso dizer, lamento que o senhor deputado não tenha participado, sendo uma pessoa interessada na matéria, mas por vezes é mais fácil estar noutros locais, a denegrir e a dizer mal daquilo que se vai fazendo, porque é mais fácil e as coisas saem mais facilmente. ----

- Bombeiros de Fátima. Todos estamos preocupados. Tivemos oportunidade, em devido tempo, de dizer à corporação de que deveriam rapidamente elaborar um projeto de execução para que pudesse ser aprovado em reunião Câmara Municipal, todos nós sabemos que o objetivo daquela corporação é um objetivo muito ambicioso e que nem ela, nem a Câmara Municipal, per si, teremos condições sozinhos de construir aquele quartel, teremos de ter sempre fundos comunitários ou fundos governamentais para o efeito. Infelizmente o PRR não se prevê que possa haver fundos para este efeito. Estamos a aguardar que possa abrir algum aviso, e vão começar a abrir muito em breve, no âmbito do PT2030 e aí terá de haver o projeto aprovado para quando aparecer esse aviso, possamos candidatá-lo e possamos ter financiamento para uma obra que é ambição de todos nós. -----

- Concursos públicos. É um pouco daquilo que, já hoje, tive oportunidade de dizer ao senhor deputado Nuno Baptista. É efetivamente um problema. As revisões de preços que o Governo alterou, temo que não sejam suficientes para a inflação dos preços que tem vindo a verificar. Há também uma possibilidade de reequilíbrio financeiro, mas que dificilmente poderá ser aplicado. A lei está feita de tal maneira que, muito dificilmente, se pode provar que há necessidade de um reequilíbrio financeiro e, por isso, estamos com muitas dificuldades em



conseguir arrancar com muitas obras e também outras que possam estar a decorrer e possam não estar a andar com a velocidade que todos nós queríamos. -----

Muito obrigado” -----

----- Neste momento, ausentou-se da sala, o membro da Assembleia Municipal, senhora Paula Cristina de Oliveira Martins. -----

02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2021. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 49093**, datado de **2022.06.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, a apreciação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 28.703/2021, a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, remeteu o seu Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2021. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 31 do mês findo, a referir que a despesa resultante da reposição do equilíbrio (obrigatório nos termos da lei), no valor apurado de 290.034,71€, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- A comissão de representantes de grupos municipais, com assento neste Órgão deliberativo, reunida a 2022.06.17, deliberou, por unanimidade, convidar o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, a estar presente nesta sessão ordinária, a fim de prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

----- Face ao exposto, compareceu o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, tendo apresentado uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a participação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimento o Eng.º José Santos. Obrigada pela exposição. Como imagina, não é fácil analisar um relatório de contas daquela dimensão, para mais tratando-se de assuntos que não são do nosso dia a dia, mesma assim tive o cuidado de fazê-lo. -----

Queria relembrar que o que vamos aqui votar não é importante, quer aprovamos ou não, o dinheiro do Município de Ourém vai entrar. Já esclarecemos isto o ano passado. -----

Reparo que este ano está sozinho, não temos diretor financeiro. A empresa com as dificuldades em que está com as questões financeiras e não há diretor financeiro. Estranho. Deixe-me dizer-lhe que, no dia a dia da empresa, um diretor financeiro daria muito jeito. -----

Gostaria de colocar algumas perguntas -----

Uma primeira questão. O balanço da empresa continua equilibrado devido às participações e cobertura dos prejuízos por parte dos seus acionistas, isto é, dos municípios que fazem parte do capital. Uma dúvida legal, tem a certeza que estas participações vão ser aceites e que a empresa não enfrentará um processo de dissolução por ter três anos consecutivos de prejuízo. Questão do IVA. Era um dado adquirido que era de 6%, mas depois foi a 23%. Este é um assunto que me preocupa bastante. -----

Uma segunda questão. como justifica o aumento com os recursos humanos, quando diminuiu o número de funcionários, sendo visível no relatório de contas. -----



Uma pergunta e toda a gente em Ourém faz esta pergunta. O concelho de Ourém representa 42% dos resíduos urbanos, 46% do volume de negócios em águas residuais e 0% em água, aquela questão que todos sabemos até 2027. No total da empresa dá um total de 25% num total de volume de negócios. Porque motivo é levado a um prejuízo de 32,7%. Deve estar nos regulamentos, mas perguntava-lhe isto porque acho que é uma questão importante.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Agradeço a exposição e colocava duas questões diretas e objetivas. -----
Que nível de prejuízos é que houve nos diversos serviços, nomeadamente, na água, saneamento e resíduos. -----

Que ações tomaram para 2022, para reduzir estes prejuízos.” -----

----- Tomando a palavra, o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º JOSÉ SANTOS expôs o seguinte: “são dois assuntos distintos, o risco de dissolução e as subvenções. -----

As subvenções resultam de uma obrigação legal do acionista repor a zero as contas em função dos resultados obtidos naquele ano de atividade. -----

Risco da dissolução. Sim. Três anos consecutivos de prejuízo incorremos nesse risco, motivo pelo qual existe o ponto seguinte da ordem de trabalhos, para evitar esse caminho. -----

Recursos Humanos. Porque a rubrica do RH é superior aos RHs. Precisamente pelo motivo que iniciei a minha exposição. Comparativamente a 2020, só tivemos os custos RHs dos outros municípios, a partir de junho. Não dá para comparar diretamente os custos. Se dividir pelo número de RHs, aí sim, consegue-se comparar o preço do recurso humano que é estável. Até tem vindo a baixar, precisamente e por exemplo, tivemos o ano passado um diretor financeiro e este ano não o temos. Se dividirmos o custo pelo número de RHs, ele tem vindo a baixar. -----

Gostaria de dizer o seguinte. Estamos longe, cerca de 400 mil euros, daquilo que era o “valor” destinado aos RHs no modelo atual e em vigor. Estamos longe no âmbito do rigor que se pretende para não incrementar custos. Para suster estes números negativos, temos vindo a fazer esse esforço. -----

Porque Ourém contribui com 25% da receita num volume total de negócios e contribui com 32%. Uma questão estatutária. As subvenções são pagas em função do capital social da empresa e não do volume de negócios. É uma questão estatutária somente. -----



Prejuízos. Efetivamente 2020, 2021, os números estão aí e são indesmentíveis. O que estamos a fazer para inverter a situação? Revimos o modelo. Propomos a correção daquilo que foram as “anomalias” detetadas. Prefiro chamar “anomalias” porque são eventos que poderei enumera-los no ponto seguinte. Acima de tudo, não perder de vista que o atual modelo, foi um modelo trabalhado com valores reais de 2016, mas implementado em 2020. A décalage de 4 anos, numa situação destas, motivo pela qual a Entidade Reguladora obriga a cada 5 anos rever o modelo financeiro para o readaptar à nova realidade, à realidade do momento, estes 4 anos que mediaram entre 2016 e o início de atividade trouxeram uma realidade extinta. Por outro lado, não perder de vista o seguinte: os dados, muitas vezes reportados pelos municípios à ERSAR, base de partida para este modelo, nem sempre são os mais corretos. O novo modelo que discutiremos a seguir, tem a história de 2020, 2021 e não está suportado em nenhuma especulação. É realista e, acima de tudo, traz realismo à concretização da atividade da Tejo Ambiente nos seis municípios. -----

Nível de prejuízos. Números redondos, mas poderei fornecê-los à posteriori, diria que a atividade menos desequilibrada, todas elas estão desequilibradas, é a dos resíduos sólidos, segue-se a do saneamento, e por fim, a mais desequilibrada a do abastecimento. -----

Julgo que terei respondido às questões colocadas.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL, na qualidade de Presidente da Tejo Ambiente, expôs o seguinte: “Há dois pontos para apreciar. O primeiro tem a ver com o reequilíbrio financeiro e penso que o Eng.º José Santos explicou a razão principal pela qual a empresa tem tido os resultados que tem vindo a registar. Além daqueles que foram falados e sobre a questão do IVA posso acrescentar que, inicialmente, quando o EVEF foi concluído, previa-se que as empreitadas teriam IVA a 6% e não a 23%. Porque entendemos que assim deve ser feito, pedimos um parecer vinculativo à Autoridade Tributária que elaborou esse parecer, dizendo claramente que o IVA das empreitadas, mesmo numa entidade detida pelos municípios, seria a 23%. Não concordamos com isso e recorreremos, estando neste momento a ver se ainda poderemos ter alguma razão, inclusivamente, sei que foi objeto também no último orçamento de Estado e, o senhor Presidente da AMO na função de deputado, sabe que também procuramos esclarecer essa situação porque há outras entidades



do mesmo género que não estão a fazer da mesma forma que nós estamos a fazer. Urge clarificar a situação para que todos saibamos com o que podemos contar. -----

Outra situação em relação ao IVA. O EVEF inicial previa que o saneamento e os resíduos sólidos urbanos, a empresa tivesse que debitar IVA à taxa de 6% ao consumidor final e, se isso acontecesse, o IVA respeitante às empreitadas, e estamos a falar de empreitadas de muitos milhões de euros, poderia ser dedutível. Como a informação, também vinculativa, veio dizer que esses dois componentes teriam que ser debitados a 0%, isentas de IVA, o IVA dessas empreitadas tem um custo para a empresa. -----

Convém esclarecer estas duas situações porque contribuíram para que isso tivesse acontecido. Para perceber a “anarquia” que existe nesta área, nos 6 municípios que compõem a Tejo Ambiente, havia municípios que debitavam o IVA a 6%, outros que não debitavam IVA e outros que debitavam IVA a 23%. Só nestes 6 municípios, imaginemos como será a nível nacional. Urge também aqui uma clarificação de toda esta situação. -----

Este foi um dos problemas e representou, nestes dois anos, mais de 5 milhões de euros, o IVA que pagamos a mais em relação àquilo que pensávamos pagar aquando da constituição. -----

Outra situação que também contribuiu muito para o desequilíbrio, e o senhor Eng.º José Santos, Diretor Geral da empresa, já o referiu, tem a ver com os custos que a empresa tem com as entidades em alta. As entidades em alta são aquelas empresas – EPAL, Águas Vale do Tejo – que fornecem água aos municípios que estão dependentes desse fornecimento. Os custos que aumentaram em relação ao EVEF inicial, aumentaram mais de 2 milhões de euros. representam cerca de 70% dos custos da empresa. Uma empresa desta dimensão, quando 70% dos seus custos são para pagar às entidades em alta, sobrando 30%, é completamente impossível, além de ter de fazer investimento, conseguir ter valores para suportar os gastos inerentes a esta atividade. -----

Também a pandemia. Às vezes a pandemia serve de desculpa para tudo, infelizmente é assim, mas, neste caso e no concelho de Ourém, onde houve uma quebra grande a nível turístico, nomeadamente, em Fátima e onde as receitas previsíveis da Tejo Ambiente baixaram muito e isso refletiu-se nestes resultados que têm sido apresentados e é por isso que vêm à



Assembleia Municipal a autorização para que o Município possa fazer a reposição do equilíbrio financeiro, decorrente da Lei como também já aqui foi explicado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Gostaria de dar um esclarecimento. O senhor Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da Tejo Ambiente, reportou-me a situação da situação fiscal, nomeadamente, o IVA e eu reporte para o grupo parlamentar do PSD, na Assembleia da República, havendo a intenção de esclarecer em termos legais. ----- São situações que levam o seu tempo, mas tentarei saber qual o ponto da situação e transmitirei” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 04 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNIICIPAL PS; 28 VOTOS A FAVOR – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala, o membro da Assembleia Municipal, senhora Paula Cristina de Oliveira Martins. -----

02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DA TRAJETÓRIA TARIFÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA DA TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51560**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe, a **ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, com sede na Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 8.º andar, em Lisboa, através da carta registada sob o n.º 45.245/2022, informou de que, corrigidos todos os incumprimentos legais apresentados na primeira versão da proposta de revisão extraordinária da trajetória do contrato de gestão delegada, a mesma reúne, nos termos agora apresentados, condições para emissão de parecer favorável. -----

---- Do processo faz também parte a carta registada sob o n.º 46.821/2022, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, sediada no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, a remeter a esta Autarquia, os documentos inerentes à implementação, ainda em 2022, do novo tarifário resultante da revisão extraordinária da trajetória tarifária do contrato de gestão delegada daquela empresa.

---- A **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, ouvida sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 50.034/2022, que se passa a transcrever na íntegra: “1.

Enquadramento -----

---- A Tejo Ambiente remeteu o pedido de autorização para implementação, do novo tarifário resultante da revisão extraordinária da trajetória tarifária do Contrato de Gestão Delegada da Tejo Ambiente. EIM, S.A. -----

---- A revisão do contrato de gestão delegada está prevista no artigo 29.º, do DL n.º 194/2009, de 20/08, na sua redação atual, onde é indicado o mecanismo de revisão, estando referido que compete à empresa delegatária preparar uma proposta de revisão, instruído com vários documentos referido no n.º 3. -----

---- Neste mesmo artigo 29.º, é ainda referido que a entidade reguladora ERSAR é ouvida sobre a revisão do contrato de gestão delegada e que eventuais **revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em vigor devem sempre ser previamente autorizadas pela entidade delegante**, após parecer prévio vinculativo da entidade reguladora. -----



---- No artigo 27.º, do Regulamento de Procedimentos Regulatórios - Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho, da ERSAR, sobre as Revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em serviços municipais geridos por contrato de gestão delegada, está indicado o procedimento a adotar pela entidade reguladora ERSAR, para estes casos. -----

---- Deste modo, a Tejo Ambiente apresentou uma proposta de nova trajetória tarifária à ERSAR, com relatório fundamentado, que se encontra no presente processo, e que teve um parecer favorável desta entidade reguladora (processo n.º 27752).-----

---- De acordo com o referido no pedido da Tejo Ambiente, no dia 3 de junho de 2022, o parecer favorável da ERSAR foi dado a conhecer ao Conselho de Administração, em reunião ordinária, tendo sido aprovada a proposta de Revisão Extraordinária da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada da Tejo Ambiente, EIM, S.A., com efeitos vinculativos no quinquénio 2020-2024. O processo foi remetido para aprovação da Assembleia Geral da Tejo Ambiente e para as **câmaras delegatárias, para aprovação desta proposta de Revisão Extraordinária da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada da Tejo Ambiente, EIM, S.A.** -----

---- Nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, a competência é da Assembleia Municipal, uma vez que foi esta que autorizou a celebração do contrato de gestão delegada em causa, cuja alteração está agora em apreciação. -----

---- Assim sendo, na presente informação é analisada a proposta da Tejo Ambiente referida.

---- **2. Análise**-----

---- De acordo com o “Relatório que Fundamenta a Nova Trajetória Tarifária”, da Tejo Ambiente, que é um documento obrigatório para parecer da ERSAR, é possível verificar as seguintes situações:-----

- A atividade da Tejo Ambiente iniciou-se em 1 de janeiro de 2020, inicialmente em Ourém e Tomar e a 1 de junho de 2020 nos restantes municípios (total de seis municípios); -----
- A Tejo Ambiente opera em 1.500 Km², onde residem cerca de 105.800 habitantes; --



- A constituição da empresa Tejo Ambiente foi suportada num estudo de viabilidade económico-financeira, porém, nos dois anos de atividade têm surgido desvios face às previsões do estudo referido, que têm impacto na sustentabilidade económico financeira da empresa; -----
- Os principais desvios são os seguintes: -----
 - Regime de IVA – O estudo previa IVA aos utilizadores e IVA de 6% nas empreitadas, contudo a Autoridade Tributária clarificou que não deveria ser aplicado IVA aos utilizadores e que o IVA das empreitadas era de 23%. Esta situação, provocou um aumento dos custos decorrente do regime de IVA aplicado.
 - Cobrança do Serviço de Saneamento – O estudo previa que fossem cobradas tarifas de saneamento a todos os que tivessem o serviço de abastecimento de água, contudo a Tejo Ambiente não aplicou este princípio, porque não há suporte legal. -----
 - Estrutura de Custos – Atualmente existe um incremento de 33% face ao previsto, por várias razões, entre as quais os dados base do estudo inicial serem de 2016, o aumento dos custos das entidades em alta e a forma de fornecimento de água a Mação.-----
 - Plano de Investimentos – O Plano de Investimentos teve de ser revisto: por causa das obras financiadas pelo POSEUR; porque não estava previsto investimento em ramais no primeiro quinquénio e estes têm de ser feitos gratuitamente para o utilizador até 20 metros de extensão; e porque o serviço de recolha de resíduos foi contratado externamente.-----
 Deste modo, as alterações decorrentes da revisão do plano de investimentos traduzem-se numa redução de 33%, embora nos primeiros 5 anos se preveja um aumento de 11% face ao previsto, devido ao investimento aprovados pelo POSEUR. -----
- Para que a empresa Tejo Ambiente continue a operar é necessário corrigir estes desvios, de modo que possa ter um saldo positivo. -----

---- Para sustentar o cálculo do novo Tarifário, a Tejo Ambiente enviou os seguintes anexos:



- Contrato de Gestão Delegada _revisto -----
- Anexo I.1_Área de Intervenção -----
- Anexo II.1_Objetivos Estratégicos-----
- Anexo III.1_Iniciativas Estratégicas -----
- Anexo IV.1_Plano de Investimentos a cargo da Entidade Gestora -----
- Anexo V_Afetação de Bens Municipais -----
- Anexo VI.1_Demonstrações Financeiras da EG e Plano de Financiamento-----
- Anexo VII.1_Tarifários-----
- Anexo VIII.1_Sanções-----
- EVEF TejoAmbiente _revisto-----

---- Em relação aos documentos apresentados informa-se o seguinte -----

- **Anexo I.1_Área de Intervenção** - A área de intervenção manteve-se a mesma; -----
- **Anexo II.1_Objetivos Estratégicos** – Os objetivos temporais foram revistos, tendo em consideração os ajustes económicos -financeiros, a redução do plano de investimentos e o conhecimento real da empresa e do negócio; -----
- **Anexo III.1_Iniciativas Estratégicas** – Relativamente ao anexo original foram definidas as principais iniciativas estratégicas a implementar pela entidade gestora (Tejo Ambiente), bem como foi definido um cronograma temporal para o alcance dos objetivos associados. -----
- **Anexo IV.1_Plano de Investimentos a cargo da Entidade Gestora** – O investimento a realizar passou de 124 milhões de euros para 84 milhões de euros até 2049, que corresponde a uma redução de cerca de 33%, já justificada nos principais desvios referidos. -----
- **Anexo V_Afetação de Bens Municipais** – A afetação manteve-se a mesma. -----
- **Anexo VI.1_Demonstrações Financeiras da EG e Plano de Financiamento** – A diferença entre o anexo inicial e o atual é devido ao novo EVEF. -----
- **Anexo VIII.1_Sanções** – A diferença reside apenas na substituição das referências aos anexos iniciais, pelo atuais. -----



- **EVEF TejoAmbiente_revisto** – Novo EVEF tendo em consideração a necessidade de colmatar os desvios económico financeiros já referidos.-----
 - **Contrato de Gestão Delegada_revisto** – O contrato foi revisto de modo a considerar todas as situações acima referidas, bem como a esclarecer que a diferença entre o tarifário social previsto neste contrato e o tarifário que a câmara pretender aplicar é assumido por esta última, no âmbito das políticas sociais municipais -----
 - **Anexo VII.1_Tarifários** – O novo tarifário é o resultado do EVEF, calculado para corrigir os desvios acima referidos, que se apresenta nas tabelas seguintes:-----
- **Tabela 1:** Tarifas de Saneamento de Águas Residuais -----

Ano		2022
Tarifas variáveis		Base 30 dias
Consumos Domésticos Geral		
1º Escalão: 0 até 5 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,3525
2º Escalão: > 5 até 15 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,6910
3º Escalão: > 15 até 25 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	1,0929
4º Escalão: > 25 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	2,0447
Consumos Domésticos Familiar 5 elementos		
1º Escalão: 0 até 8 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,3525
2º Escalão: > 8 até 18 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,6910
3º Escalão: > 18 até 28 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	1,0929
4º Escalão: > 28 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	2,0447
Consumos Domésticos Familiar 6 ou mais elementos		
1º Escalão: 0 até 11 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,3525
2º Escalão: > 11 até 21 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,6910
3º Escalão: > 21 até 31 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	1,0929
4º Escalão: > 31 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	2,0447
Consumos Domésticos Social		
1º Escalão: 0 até 5 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,3525
2º Escalão: > 5 até 15 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	0,3525
3º Escalão: > 15 até 25 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	1,0929
4º Escalão: > 25 m ³ / mês	€/ m ³ / 30 dias	2,0447
Consumos Não-Domésticos Geral <i>(incluindo Estado, Juntas de Freguesia e Outras pessoas de direito coletivo)</i>		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	1,0929
Consumos Não-Domésticos Instituições		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,6910
Consumos Não-Domésticos Câmaras Municipais		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	2,7239
Tarifas fixas		Base 30 dias
Consumos Domésticos Geral (*)		
Escalão único	€/ / 30 dias	4,8248
Consumos Domésticos Social		
Escalão único	€/ / 30 dias	0,0000
Consumos Não-Domésticos Geral <i>(incluindo Estado, Juntas de Freguesia e Outras pessoas de direito coletivo)</i>		
Escalão único	€/ / 30 dias	10,1575
Consumos Não-Domésticos Câmaras Municipais		
Escalão único	€/ / 30 dias	18,8663
(*) - Também aplicada às Instituições Sem Fins Lucrativos		
<p>(R) - A limpeza de fossas sépticas a utilizadores com contrato ativo do serviço público de abastecimento de água, mas sem rede fixa de saneamento de águas residuais disponível, pagará o serviço móvel através da componente fixa e variável do serviço de saneamento de águas residuais, com direito a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água até 15 m³ - 3 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água > 15 m³ e ≤ 25 m³ - 4 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água > 25 m³ <p>Se o número de limpezas contratadas for atingido, o número de serviços extra requerido pelo utilizador será faturado como: Limpeza de fossas extra e/ou urgente, em locais sem redes disponíveis de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais</p>		

---- Tabela 2: Serviços auxiliares de Saneamento-----

Ano	2022	
Tarifas para serviços auxiliares (quando os serviços sejam solicitados e prestados)	Valores em Euros	
Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de saneamento	€/ unidade	38,0000
Execução de ramais de ligação até 125 mm:		
Ramais até 5 mts	€/ unidade	500,0000
Ramais > 5 mts e ≤ 10 mts	€/ unidade	1 100,0000
Por cada mts além dos 10 mts, inclusivé	€/ unidade	125,0000
Execução de ramais de ligação > 125 mm	-	Sob orçamento
Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento a pedido dos utilizadores	€/ unidade	38,0000
Fiscalização da ligação de novos componentes ou troços de novas redes às redes públicas de abastecimento de água, a pedido do utilizador	€/ unidade	150,0000
Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	€/ unidade	60,0000
Custos incorridos pela Entidade Gestora com o tratamento administrativo da Reclamação de Dívida	€/ unidade	15,0000
Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	€/ unidade	70,0000
Limpeza de fossas extra e/ou urgente, em locais sem redes disponíveis de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais:		
Tarifa fixa (por limpeza)	€/ unidade	50,0000
Tarifa variável (m ³)	€/ unidade	5,0000
Verificação extraordinária de medidor de caudal a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador	€/ unidade	100,0000
Leitura extraordinária de caudais rejeitados por solicitação do utilizador	€/ unidade	15,0000
Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização	€/ unidade	5,0000
Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de saneamento (os materiais empregues serão orçamentados à parte)	€/ hora	10,0000
Análise à qualidade de águas residuais industriais	-	Sob orçamento
Emissão de certidão de autorização de ligação e descarga de águas residuais industriais no coletor público ou em ETAR	€/ unidade	150,0000

---- Tabela 3: Tarifas de Gestão de Resíduos Urbanos -----

Ano	2022	
Tarifas variáveis	Base 30 dias	
Consumos Domésticos Geral		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,1789
Consumos Domésticos Familiar 5 elementos		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,1789
Consumos Domésticos Familiar 6 ou mais elementos		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,1789
Consumos Domésticos Social		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,0895
Consumos Não-Domésticos Geral (incluindo Estado, Juntas de Freguesia e Outras pessoas de direito coletivo)		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,7829
Consumos Não-Domésticos Instituições		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,1789
Consumos Não-Domésticos Câmaras Municipais		
Escalão único	€/ m ³ / 30 dias	0,7829
Tarifas fixas		Base 30 dias
Consumos Domésticos Geral (*)		
Escalão único	€/ 30 dias	2,5723
Consumos Domésticos Social		
Escalão único	€/ 30 dias	0,0000
Consumos Não-Domésticos Geral (incluindo Estado, Juntas de Freguesia e Outras pessoas de direito coletivo)		
Escalão único	€/ 30 dias	8,3879
Consumos Não-Domésticos Câmaras Municipais		
Escalão único	€/ 30 dias	8,3879

(*) - Também aplicado às Instituições Sem Fins Lucrativos



---- **Tabela 4:** Tarifas para Serviços Auxiliares – Contentores Adicionais -----

Ano		2022
Tarifas para serviços auxiliares (quando os serviços sejam solicitados e prestados)		Valores em Euros
Tarifa mensal de contentores adicionais		
Capacidade 1000l	€/ unidade	29,9000
Capacidade 800l	€/ unidade	24,8000
Capacidade 240l	€/ unidade	9,8100
Capacidade 110l	€/ unidade	4,9100
Tarifa diária de contentores adicionais		
Capacidade 1000l	€/ unidade	7,9600
Capacidade 800l	€/ unidade	6,8900
Capacidade 240l	€/ unidade	5,3000
Capacidade 110l	€/ unidade	4,7800
Valor mensal de recolha, por contentor individual com capacidade de 1000l		
Frequência de recolha 1 dia/semana	€/ unidade	56,1000
Frequência de recolha 2 dias/semana	€/ unidade	111,6000
Frequência de recolha 3 dias/semana	€/ unidade	168,1000
Frequência de recolha 4 dias/semana	€/ unidade	222,8000
Frequência de recolha 5 dias/semana	€/ unidade	278,2000
Frequência de recolha 6 dias/semana	€/ unidade	333,9000
Frequência de recolha 7 dias/semana	€/ unidade	389,5000
Valor mensal de recolha, por contentor individual com capacidade de 800l		
Frequência de recolha 1 dia/semana	€/ unidade	44,1000
Frequência de recolha 2 dias/semana	€/ unidade	88,9000
Frequência de recolha 3 dias/semana	€/ unidade	137,1000
Frequência de recolha 4 dias/semana	€/ unidade	187,2000
Frequência de recolha 5 dias/semana	€/ unidade	236,4000
Frequência de recolha 6 dias/semana	€/ unidade	285,5000
Frequência de recolha 7 dias/semana	€/ unidade	334,7000
Valor mensal de recolha, por contentor individual com capacidade de 240l		
Frequência de recolha 1 dia/semana	€/ unidade	15,9000
Frequência de recolha 2 dias/semana	€/ unidade	31,6000
Frequência de recolha 3 dias/semana	€/ unidade	47,0000
Frequência de recolha 4 dias/semana	€/ unidade	78,3000
Frequência de recolha 5 dias/semana	€/ unidade	93,9000
Frequência de recolha 6 dias/semana	€/ unidade	109,4000
Frequência de recolha 7 dias/semana	€/ unidade	125,0000
Valor mensal de recolha, por contentor individual com capacidade de 110l		
Frequência de recolha 1 dia/semana	€/ unidade	8,0900
Frequência de recolha 2 dias/semana	€/ unidade	16,4000
Frequência de recolha 3 dias/semana	€/ unidade	24,6000
Frequência de recolha 4 dias/semana	€/ unidade	32,7000
Frequência de recolha 5 dias/semana	€/ unidade	40,9000
Frequência de recolha 6 dias/semana	€/ unidade	48,7000
Frequência de recolha 7 dias/semana	€/ unidade	57,0000

---- **3. Conclusão** -----

---- Na presente informação foi analisado o pedido de autorização para implementação do novo tarifário resultante da revisão extraordinária da trajetória tarifária do Contrato de Gestão Delegada da Tejo Ambiente. EIM, S.A.-----

---- Verificou-se que esta revisão extraordinária se deve à necessidade de corrigir desvios económico-financeiros fundamentais para que a empresa possa ter resultados positivos, tal como se pode constatar do EVEF apresentado. Para que isso possa acontecer é necessária a aprovação de um novo tarifário, que foi apresentado nas tabelas 1,2,3 e 4 da presente informação. -----



---- Todo este processo de revisão tem implicações/ajustes no contrato de gestão delegada, bem como nos seus anexos. -----

---- Assim sendo, remete-se para aprovação superior a revisão extraordinária do contrato de gestão delegada da Tejo Ambiente, com os fundamentos invocados pela empresa Tejo Ambiente no “Relatório que Fundamenta a Nova Trajetória Tarifária”, devido à necessidade de corrigir os desvios económico-financeiros, o que implica a aprovação dos seguintes documentos:-----

1. Contrato de Gestão Delegada_revisto;-----
2. Anexo I.1_Área de Intervenção; -----
3. Anexo II.1_Objetivos Estratégicos;-----
4. Anexo III.1_Iniciativas Estratégicas; -----
5. Anexo IV.1_Plano de Investimentos a cargo da Entidade Gestora;-----
6. Anexo V_Afetação de Bens Municipais; -----
7. Anexo VI.1_Demonstrações Financeiras da EG e Plano de Financiamento;-----
8. Anexo VII.1_Tarifários;-----
9. Anexo VIII.1_Sanções;-----
10. EVEF TejoAmbiente_revisto. -----

---- À consideração superior,”. -----

----- (Aprovado em minuta)” -----

----- A comissão de representantes de grupos municipais, com assento neste Órgão deliberativo, reunida a 2022.06.17, deliberou, por unanimidade, convidar o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, a estar presente nesta sessão ordinária, a fim de prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

----- Face ao exposto, compareceu o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, tendo apresentado uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a participação, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----



= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Tenho aqui algumas notas -----

Qual é a percentagem dos investimentos que foram realizados recentemente em Ourém. Qual é a percentagem total da Tejo Ambiente. -----

O custo com o saneamento e resíduos em Ourém, mesmo com esta reposição que vai acontecer, se é muito diferente do que tínhamos registado quando não havia Tejo Ambiente, tando a nível de Ourém, como a nível dos restantes municípios. Isto é um custo real ou tem a ver com a criação da empresa. -----

Coincidência ou não, na segunda feira, saiu nos meios de comunicação social, que a ERSAR recomenda, estou a ler “*Segundo a reguladora, mais de metade dos municípios, o preço da água é muito baixo não cobre os custos de abastecimento e saneamento e propõe o aumento dos preços da água*”. Que não aconteça isto, isto não é um problema da região. Pelos vistos, os municípios estão a subsidiar os três serviços a nível nacional. Anda-se a camuflar as coisas. É de valorizar a Presidente da ERSAR que disse isto publicamente. Se o serviço dá prejuízo por si só, ou se torna público que isso existe ou tem que se corrigir as tarifas para as pessoas saberem o que estão a pagar.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O Partido Socialista sempre foi favorável a esta solução da agregação de municípios, se bem que tenha havido uma informação errada. Presumo que os municípios também não sabiam porque houve municípios que resolveram sozinhos, conseguiram candidatar-se a fundos comunitários. Mas, volto a focar que o Partido Socialista é favorável a esta solução. -----

Estamos a falar do novo EVEF, mas temos de falar um pouco do anterior e deveríamos apurar responsabilidades. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal e Presidente em exercício da Tejo Ambiente não pode dizer aquilo que vou dizer agora e digo-o convictamente. Foram enviados dados falsos para o EVEF 2016. Houve municípios que sabiam que os dados não eram corretos, que as projeções não eram corretas. É disso que estamos a falar. -----



Além da décalage dos anos 2016-2019, há dados falsos, estamos a falar de um grande problema. A questão do IVA também é importante, mas a base ficou logo inquinada. -----

Outra coisa que tenho de dizer. A Tejo Ambiente transformou-se, sem nomear Partidos em causa, numa agência de empregos. Se nós queríamos, e não falo de municípios em especial, mas é o que se passa. Se nós queríamos uma gestão privada, coerente e que não custasse aos cidadãos tínhamos que fazer as coisas de forma a não pôr a política no meio. Por isso, uma pergunta que deixo ao Presidente da Tejo Ambiente: como se fazem os concursos de acesso? Como é que são contratadas as pessoas, tirando aquelas que já estavam integradas? São concursos como na Câmara? Há um concurso que sai em Diário da República e as pessoas concorrem? Gostava de saber como funciona. -----

Se este envio de dados falsos, as entidades que o fizeram, houve algum prejuízo para essas entidades? Ou quem comunicou dados corretos e quem comunicou dados incorretos teve o mesmo custo? -----

Uma dúvida. Este novo EVEF, aprova-lo agora, publicações, penso eu, antes de setembro ou outubro não produzirá efeitos que se possam ver nas contas. É suficiente para alterar a trajetória de prejuízos da Tejo Ambiente. -----

Uma pergunta que já foi feita em relação a outros assuntos e que preocupa a todos, é a questão da escalada dos preços. Se vai pôr em causa alguns dos investimentos programados pela Tejo Ambiente e se este estudo prevê, dentro do que poderia prever porque tudo o que se fez há 5 ou 6 meses já está desfasado, todos sabemos que a realidade é esta. -----

Quando é que prevê que os contribuintes vão pagar a mais, nesta previsão de escalada de preços, se os investimentos preveem mais custos. -----

Uma pergunta que todos temos de fazer, se a empresa continua a dar prejuízo e tiver de ser dissolvida, estatutariamente o que acontece? Quem assume os custos? Em que percentagem assume os custos?" -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: "Uma questão -----

Ouvi falar que vai haver alguns melhoramentos na ETAR localizada no lugar Pinhal, Freguesia de Sabacheira, a que chamamos ETAR de Seiça. Também ouvi falar na ETAR do Alto do



Nabão situada na Palmaria, União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. Sabemos que as duas estão a enviar a água para o rio Nabão que passa no Agroal. Pergunto, que tipo de investimentos vão ser colocados ou alocados a estas ETARs.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL, na qualidade de Presidente da Tejo Ambiente, expôs o seguinte: “o senhor deputado Tiago Vieira fala nos investimentos realizados. Os investimentos realizados no concelho de Ourém são cerca de 6 milhões de euros, desde que a Tejo Ambiente iniciou funções, estando previsto, e respondo já última questão do senhor deputado Carlos Marques, mais 1 milhão de euros na requalificação da ETAR de Seiça, o que tem a ver, essencialmente, com as máquinas que operam. Algumas delas estão obsoletas, têm mais de 20 anos. É aí que irá incidir a grande requalificação naquela ETAR. O concelho de Ourém irá ter um investimento de 7 milhões de euros. Na área do saneamento é o concelho onde existe maior investimento. -----

Custos/proveitos de Ourém. o Município de Ourém antes de entrar para a Tejo Ambiente apresentava um resultado negativo, no saneamento e nos resíduos sólidos urbanos, cerca de 1,4 milhões de euros/ano, ou seja, éramos todos nós que estávamos a pagar esse prejuízo através do orçamento municipal. Nestes dois anos, deixámos de ter cerca de 2,8 milhões de euros de prejuízo que foram transferidos para a Tejo Ambiente. Com estas alterações que agora aqui se propõem, a ideia é que todos os concelhos fiquem equilibrados em termos de custos e proveitos nos diversos componentes. Por isso, a água no nosso concelho não será atualizada, tendo um aumento maior nos outros concelhos do que o saneamento e resíduos sólidos urbanos para equilibrar todos os componentes em todos os concelhos. -----

Notícia da ERSAR. Sem dúvida um ato importante da senhora Presidente da ERSAR. Recordo que é obrigatório que, pelo menos, em cada componente exista uma cobertura de custos de cerca de 90% em relação às receitas. Todos em 90% têm de estar cobertos, o que até aqui não acontecia, tanto em Ourém como noutros concelhos. As pessoas não se apercebem, mas efetivamente, este é um problema que os municípios terão de ter a coragem de mexer porque os componentes continuam negativos na maior parte dos municípios e eles terão que resolver esse problema. Aqui também terá de haver coragem política para que isso aconteça. Recordo que quando entrámos recebemos uma comunicação a dizer que se não equilibrássemos o



sistema iríamos deixar de ter acesso a fundos comunitários e também teríamos que repor aquilo que tínhamos recebido nos últimos dois anos, precisamente, por não estarem equilibrados. -----

O senhor deputado Nuno Baptista coloca aqui uma série de questões. -----

Fundos comunitários. Os municípios que podem aceder a fundos comunitários são municípios que gerem entidades em alta. Entidades em baixa não podem aceder a fundos comunitários.

Esta é a explicação pela qual algum município possa ter acedido a fundos comunitários. -----

Apuramento de responsabilidades. Não creio que alguém dos municípios tenha prestado falsas declarações. O que admito possa existir é que os próprios municípios não tinham dados corretos daquilo que existia no seu concelho. Isso admito que possa acontecer, o que é muito diferente de prestar falsas declarações. Uma coisa é o que disse e isso seria muito grave, mas não acredito que isso tenha acontecido. Havia alguma falta de informação do município que não conseguiu transportar para a Tejo Ambiente e que, mais tarde, se verificou que não correspondia de todo à realidade. -----

Agência de empregos/admissões. O Diretor Geral da empresa tem delegação de competências para poder fazer essa seleção. O Conselho de Administração nunca passa qualquer admissão de quem quer que seja. Ao que sei existem ofertas de emprego para determinadas áreas da Tejo Ambiente. Quem entende que tem competência para essas áreas devem apresentar o seu curriculum, são entrevistados pelos recursos humanos e pelo Diretor Geral ou por quem ele entender, sendo admitido quem assim se entender. É esta a forma que tem sido praticada na Tejo Ambiente. Dizer eu temos procurado, ao máximo, evitar a politização. Não há, que eu saiba, ninguém ligado a partidos na direção executiva da Tejo Ambiente. -----

Início do novo tarifário/eficácia. Terá de ser discutido até final deste mês nas 6 assembleias municipais, já foi nas câmaras municipais. Depois terá de ser o Tribunal de Contas, pensamos que durante o mês de julho, poderá entrar em vigor e poderá ser eficaz. Todos os outros passos que tinham de ser dados, foram dados, falta agora estas aprovações. No Tribunal de Contas parece-me que será rápido porque é apenas para validar aquilo que os municípios já validaram. -----



Escalada de preços. É um problema que temos, mas há de refletir-se, infelizmente, no custo, mas também na receita. A atualização de preços é sempre calculada na inflação anual, como já acontece hoje. Se de um lado há os custos, também há os respetivos proveitos. -----
 Empresa dissolvida. É um problema. Temos 2 anos consecutivos com resultados negativos e temos a firme expectativa que, este ano, possa apresentar resultados positivos. É para isso que estamos a trabalhar, para que essa situação não se coloque. Se isso se colocasse, neste momento, seria uma situação que teríamos que resolver porque tem uma solução, mas não seria muito fácil de resolver, tendo em conta, não só os encargos que a empresa já assumiu, como também os elevados encargos financeiros que tem, empréstimos bancários que tem. Tudo isso teria que ser resolvido em torno dos 6 municípios. Admito que não fosse uma tarefa fácil, mas teria de ser resolvida. Tenho a expectativa que isso possa não acontecer. -----
 Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 06 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNIICPAL PS; 27 VOTOS A FAVOR – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS FREGUESIAS – 2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48035**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, a apreciação e votação da proposta acima referida. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 43.000/2022, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, a colocar à consideração superior a alteração da transferência de recursos para as Freguesias, nos termos propostos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual. -----

--- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, exarou no processo uma informação, datada de 01 de junho corrente, a dar conta de que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

--- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala, o membro da Assembleia Municipal, senhor Victor Oliveira Santos. -----

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CAMINHOS VICINAIS, FLORESTAIS E RECURSO HUMANO – TRIÉNIO 2023/2025 – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS COM AS FREGUESIAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51572**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e bem assim da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para apoiar financeiramente as freguesias, através da celebração dos citados protocolos. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciada a informação registada sob o n.º 43.507/2022, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, que se passa a transcrever: “Considerando que: -----

1. A administração e controlo dos caminhos vicinais e florestais é da competência das Freguesias, existindo na área do território do Município de Ourém, 1.150 Km de vias vicinais e 1682 km de vias florestais. -----
2. Estes caminhos, embora sendo ligações de interesse local secundário, desempenham um papel fundamental nas acessibilidades e no trânsito rural, designadamente no contexto agrícola e na estratégia global de combate a incêndios, integrando o domínio público das Freguesias. -----
3. As Freguesias carecem de recursos humanos que lhes permita cumprir com maior operacionalidade e autonomia as atribuições e competências que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, lhes confere. -----
4. Algumas Freguesias dispõem de colaboradores do município cuja atividade é desenvolvida conforme orientações emanadas pelo executivo que administra a respetiva Freguesia. -----
5. Não devem imperar princípios discriminatórios, mas de igualdade, no apoio às Freguesias, razão pela qual se atribuirá um apoio financeiro anual, correspondente ao encargo com um assistente operacional, às Freguesias que não dispõem de colaborador do Município afeto ao respetivo funcionamento. -----
6. Nas freguesias de: Fátima; Gondemaria e Olival; Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e Caxarias, funcionam Espaços Cidadão, atribuindo-se a estas o apoio financeiro adicional correspondente ao encargo com um assistente operacional por posto do Espaço Cidadão. -----
7. Os municípios dispõem de atribuições quer no domínio do equipamento rural e urbano, quer nos domínios do desenvolvimento e do ordenamento do território e urbanismo, de



acordo com as alíneas a), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

8. As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.

9. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias. -----

---- Com base nestes considerandos, propõe-se que para os anos de 2023 a 2025, sejam atribuídos apoios às 13 juntas/uniões de freguesia através de “protocolos de apoio”, à semelhança do que ocorreu anteriormente. -----

---- Considerando ainda que: -----

---- Se está a proceder à revisão dos recursos afetos aos autos de transferência de competências, com efeitos a partir do ano de 2023 (MGD – 43000/2022), pelo que impera também redefinir os apoios que serão atribuídos às freguesias para os anos de 2023 a 2025, uma vez que o protocolo existente termina em 2022. -----

---- Para o ano de 2023, as brigadas deixam de prestar serviços regulares e sistemáticos nas juntas de freguesia, pelo que importa contemplar um apoio suplementar, que é definido como sendo para caminhos florestais. -----

---- Se devem atualizar os valores por km, tendo por base os valores de mercado. Valores propostos: -----

- Valor por km1 para caminhos vicinais – 160,00€; -----
- Valor por km1 para caminhos Florestais – 80,00€/Ano (50% do valor dos vicinais, num princípio que estas vias não sofrem intervenção anualmente) -----

---- Se deve atualizar o valor de referência do apoio de assistente operacional, passando para 12 312,83€/ano -----

---- De acordo com estes pressupostos, os valores dos apoios por freguesia são apresentados na tabela abaixo -----



Tabela – Valores Propostos

Freguesia	Apoios					Semestral
	Vicinais	Florestais	N.º Funcionários	Funcionários	Total	
Alburitel	6 148,80 €	2 876,54 €	1	12 312,83 €	21 338,17 €	10 669,08 €
Atougua	11 932,80 €	4 422,45 €	1	12 312,83 €	28 668,07 €	14 334,04 €
Caxarias	5 225,63 €	6 645,84 €	1	12 312,83 €	24 184,29 €	12 092,14 €
Espite	7 972,16 €	7 671,52 €	1	12 312,83 €	27 956,51 €	13 978,25 €
Fátima	33 752,00 €	12 467,20 €	3	36 938,48 €	83 157,68 €	41 578,84 €
Freixianda, Ribeira do Farrio e Formigais	32 244,80 €	19 442,40 €	2	24 625,65 €	76 312,85 €	38 156,43 €
Gondemaria e Olival	8 433,63 €	11 501,73 €	2	24 625,65 €	44 561,00 €	22 280,50 €
Matas e Cercal	7 116,61 €	10 097,30 €	1	12 312,83 €	29 526,74 €	14 763,37 €
Nossa Senhora da Piedade	6 589,90 €	4 961,52 €	1	12 312,83 €	23 864,25 €	11 932,12 €
Nossa Senhora das Misericórdias	23 686,13 €	10 821,86 €	-	- €	34 507,99 €	17 254,00 €
Rio de Couros e Casal dos Bernardos	16 590,87 €	18 408,50 €	1	12 312,83 €	47 312,20 €	23 656,10 €
Seiça	7 443,36 €	10 775,70 €	1	12 312,83 €	30 531,89 €	15 265,94 €
Urqueira	17 003,31 €	14 492,83 €	1	12 312,83 €	43 808,97 €	21 904,48 €
Totais	184 140,01 €	134 585,40 €	16	197 005,20 €	515 730,61 €	257 865,30 €

---- À semelhança do ano de 2022, a transferência para as freguesias é efetuada em duas tranches de 50%, nos meses de maio e novembro. -----

---- Em anexo a proposta de protocolo com cada uma das juntas/uniões de freguesia -----

---- À consideração superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira e em nome dos presidentes de junta de freguesia do concelho, expôs o seguinte: “Em nome de todos os meus colegas Presidentes de Junta, gostaria de fazer a seguinte declaração: -----

Até 2017 as Freguesias recebiam da Câmara Municipal de Ourém setecentos mil euros de apoios em virtude das competências delegadas, essencialmente, na área da rede viária. -----

Após 2017 e até 2021, os valores foram revistos, chegando quase a um milhão de euros e as competências alargadas, nomeadamente em pequenas reparações nas Escolas, manutenção de espaços verdes, apoio a caminhos vicinais e a recursos humanos. -----

Se considerarmos os valores referentes ao processo de descentralização, já abordado no ponto anterior, as treze freguesias do concelho viram aumentados os seus apoios financeiros,



traduzindo-se num valor total de 1.190.956,33€, que corresponde a 70% de aumento face a 2017. -----

A autonomia e o reforço financeiro das Junta de Freguesia são o caminho mais correto e esperamos que se mantenha e seja reforçado nos próximos anos. Por natureza, somos autarcas permanentemente insatisfeitos e queremos sempre mais e melhor para as nossas populações, que temos o gosto e a honra de servir todos os dias.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO OEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO JUVENIL NO CONCELHO DE OURÉM – VERSÃO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 36950**, datado de **2022.05.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.05.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação do projeto final do Regulamento acima citado, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 06 de dezembro de 2021, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----



---- Publicado na 2.ª Série – N.º 252, do **Diário da República**, no dia 30 também de dezembro de 2021, a referida proposta de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 10 de fevereiro de 2022. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a versão final do regulamento, registada sob o n.º 47.743-A/2021, remetida pelo **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS** expôs o seguinte: “Gostaria de deixar um breve agradecimento. -----

Como antigo dirigente de uma das associações que tinha tratamento diferente entre o associativismo e o desporto, em meu nome pessoal e, certamente, em nome das associações que anualmente se candidatavam ao apoio municipal, fica o agradecimento. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE ALBURITEL – PROPOSTA DE ADENDA. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 37308**, datado de **2022.05.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.05.02, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Alburitel, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, através da celebração da citada adenda ao protocolo. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A 15 de outubro de 2020, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Alburitel**, sediada na Rua Álvaro Teles, n.º 100-A, em Alburitel, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 65.847,01€, o projeto de “Silvicultura sustentável – Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas”. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a proposta de adenda ao protocolo (registada sob o n.º 11.167-A/2022), elaborada pelo **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que consiste no ajustamento do valor do referido protocolo, para 72.072,36€, bem como do plano de pagamentos, constante do seu Anexo II.” ---

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala, o membro da Assembleia Municipal, senhor Victor Oliveira Santos. -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 47711**, datado de **2022.06.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a União das



Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- A 23 de julho de 2014, a Câmara celebrou com a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, protocolo referente à cedência de espaço para funcionamento dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e fornecimento de refeições) aos alunos do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Rio de Couros. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação registada sob o n.º 36.318/2022, da **Divisão de Educação**, a colocar à consideração superior a renovação do protocolo em causa, para o ano letivo 2022/2023, renovável por períodos de um ano escolar (a iniciar sempre a 01 de setembro), bem como a autorização da respetiva despesa, no montante de 4.769,52€. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 31 de maio findo, a dar conta de que a citada despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE ESPITE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51568**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Espite, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, através da sua informação datada de 13 de junho em curso, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo, registada sob o n.º 22.383-A/2022, a celebrar com a **Freguesia de Espite**, com sede na Rua Prof. Mário Albuquerque, n.º 154, em Espite, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 152.950,15€, os encargos relativos à ampliação do cemitério daquela freguesia, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio.

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 13 do mês corrente, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **DULCE RAQUEL LOURENÇO MATEUS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Espite, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Cumprimento todos os que nos acompanham online -----



Sendo uma das preocupações do executivo da Junta de Freguesia de Espite a falta de espaço no cemitério atual, é com enorme satisfação que vemos a aprovar este protocolo e agradecemos ao Município, na pessoa do senhor Presidente, este apoio imprescindível na concretização da obra que irá melhorar as condições do cemitério e permitir dignificar o espaço existente para podermos homenagear os que partiram e respeitar a sua memória. -----

Muito obrigada” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS COM AS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO – QUADRIÉNIO 2022-2026. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48042**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, resultantes da celebração de protocolos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 41.128/2022, do **Serviço Municipal de Proteção Civil**, a anexar propostas de texto de protocolos a celebrar com as **Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho**, para o quadriénio 2022-2026, com o objetivo de apoiar financeiramente as referidas associações, conforme se passa a especificar: -----

- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima:** -----



- Participação financeira nas despesas correntes até 46.206,68€/ano; -----
- Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.000,00€/mês; -----
- Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2022 – até 3.500,00€; -----
 - No ano de 2023 – até 7.000,00€; -----
 - No ano de 2024 – até 7.000,00€; -----
 - No ano de 2025 – até 7.000,00€; -----
 - No ano de 2026 – até 3.500,00€; -----
- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém:** -----
 - Participação financeira nas despesas correntes até 111.100,55€/ano; -----
 - Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.000,00€/mês; -----
 - Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2022 – até 7.350,00€; -----
 - No ano de 2023 – até 14.700,00€; -----
 - No ano de 2024 – até 14.700,00€; -----
 - No ano de 2025 – até 14.700,00€; -----
 - No ano de 2026 – até 7.350,00€; -----
- **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias:** -----
 - Participação financeira nas despesas correntes até 39.692,77€/ano; -----
 - Apoio financeiro para aquisição de viatura de socorro até 1.000,00€/mês; -----
 - Subsídio de refeição dos elementos que integrem o DECIR: -----
 - No ano de 2022 – até 4.250,00€; -----
 - No ano de 2023 – até 8.500,00€; -----
 - No ano de 2024 – até 8.500,00€; -----
 - No ano de 2025 – até 8.500,00€; -----
 - No ano de 2026 – até 4.250,00€. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo a informação, datada de 31 de maio findo, que se reproduz na íntegra: “A despesa emergente



dispõe de adequado enquadramento orçamental nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente apurados em observância à LCPA. -----

---- Será de ter em observância particular cuidado no controlo e acompanhamento dos referidos contratos, com evidências em relatório do constatado, face ao relatório com recomendações do Tribunal de Contas recentemente publicado, no âmbito dos apoios e subvenções públicas atribuídas pelos municípios às corporações de bombeiros. -----

---- À Consideração Superior (competência do órgão deliberativo)”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42479**, datado de **2022.05.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.05.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, mediante celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciado o texto de protocolo (registado sob o n.º 27.457-A/2022) a celebrar, nos termos da Portaria n.º 322/2021, de 29 de



dezembro, entre a **Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**, este **Município** e a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém**, com o objetivo de regular as condições de contratação, funcionamento e manutenção, por parte daquela associação, dos elementos que integrarão a Equipa de Intervenção Permanente (EIP), válido pelo período de três anos, renovável automaticamente por igual período. -----

---- Os encargos decorrentes da constituição da EIP são de 18.579,20€ em 2022, 37.158,40€ em 2023, 37.158,40€ em 2024 e 18.579,20€ em 2025. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 29 de abril findo, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em referência, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.” -----

----- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente União de Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “As equipas de intervenção permanente têm por objetivo melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, de forma a estar garantida a segurança das populações e seus bens. Neste sentido, tem sido uma grande preocupação do Executivo em funções. -----

É nessa ambição que temos assistido à valorização dos corpos de bombeiros voluntários, criando as condições para que os mesmos possam dispor de cada vez mais meios materiais e humanos que assegurem o bem-estar dos ourienses. -----

Há quatro anos atrás o concelho de Ourém dispunha apenas de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

Em virtude do grande esforço do executivo (suportando 50% dos encargos com cada EIP) em estreita colaboração com as Associações Humanitárias do Concelho e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, neste ano, foi possível alargar os protocolos de funcionamento das EIP para mais três com esta aprovação. -----



Com esta decisão, o Concelho passará a dispor, no total, de sete Equipas de Intervenção Permanente, constituídas por 35 mulheres e homens que asseguram diariamente o socorro no nosso território, ficando as corporações de bombeiros mais reforçadas e as populações melhor servidas. -----

É devida e justa, uma palavra de reconhecimento e enorme agradecimento, pela preocupação e investimento numa matéria tão importante e sensível para o bem-estar da nossa comunidade.” -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42477**, datado de **2022.05.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.05.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, mediante celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciado o texto de protocolo (registado sob o n.º 26.742-A/2022) a celebrar, nos termos da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro, entre a **Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**, este **Município** e a **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias**, com o objetivo de regular



as condições de contratação, funcionamento e manutenção, por parte daquela associação, dos elementos que integrarão a Equipa de Intervenção Permanente (EIP), válido pelo período de três anos, renovável automaticamente por igual período. -----

---- Os encargos decorrentes da constituição da EIP são de 18.579,20€ em 2022, 37.158,40€ em 2023, 37.158,40€ em 2024 e 18.579,20€ em 2025. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 29 do mês findo, a salientar a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente União de Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “As equipas de intervenção permanente têm por objetivo melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, de forma a estar garantida a segurança das populações e seus bens. Neste sentido, tem sido uma grande preocupação do Executivo em funções. -----

É nessa ambição que temos assistido à valorização dos corpos de bombeiros voluntários, criando as condições para que os mesmos possam dispor de cada vez mais meios materiais e humanos que assegurem o bem-estar dos ourienses. -----

Há quatro anos atrás o concelho de Ourém dispunha apenas de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

Em virtude do grande esforço do executivo (suportando 50% dos encargos com cada EIP) em estreita colaboração com as Associações Humanitárias do Concelho e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, neste ano, foi possível alargar os protocolos de funcionamento das EIP para mais três com esta aprovação. -----

Com esta decisão, o Concelho passará a dispor, no total, de sete Equipas de Intervenção Permanente, constituídas por 35 mulheres e homens que asseguram diariamente o socorro no



nosso território, ficando as corporações de bombeiros mais reforçadas e as populações melhor servidas. -----

É devida e justa, uma palavra de reconhecimento e enorme agradecimento, pela preocupação e investimento numa matéria tão importante e sensível para o bem-estar da nossa comunidade.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- Aquando da votação, ausentou-se o Presidente União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, senhor Jorge Manuel Dias Lopes, dado integrar a Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 42478**, datado de **2022.05.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.05.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, mediante celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciado o texto de protocolo (registado sob o n.º 27.164-A/2022) a celebrar, nos termos da Portaria n.º 322/2021, de 29 de dezembro, entre a **Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**, este **Município** e a



Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima, com o objetivo de regular as condições de contratação, funcionamento e manutenção, por parte daquela associação, dos elementos que integrarão a Equipa de Intervenção Permanente (EIP), válido pelo período de três anos, renovável automaticamente por igual período.

---- Os encargos decorrentes da constituição da EIP são de 18.634,60€ em 2022, 37.269,20€ em 2023, 37.269,20€ em 2024 e 18.634,60€ em 2025. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 29 de abril findo, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em assunto, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

----- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente União de Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “As equipas de intervenção permanente têm por objetivo melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, de forma a estar garantida a segurança das populações e seus bens. Neste sentido, tem sido uma grande preocupação do Executivo em funções. -----

É nessa ambição que temos assistido à valorização dos corpos de bombeiros voluntários, criando as condições para que os mesmos possam dispor de cada vez mais meios materiais e humanos que assegurem o bem-estar dos ourienses. -----

Há quatro anos atrás o concelho de Ourém dispunha apenas de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). -----

Em virtude do grande esforço do executivo (suportando 50% dos encargos com cada EIP) em estreita colaboração com as Associações Humanitárias do Concelho e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, neste ano, foi possível alargar os protocolos de funcionamento das EIP para mais três com esta aprovação. -----



Com esta decisão, o Concelho passará a dispor, no total, de sete Equipas de Intervenção Permanente, constituídas por 35 mulheres e homens que asseguram diariamente o socorro no nosso território, ficando as corporações de bombeiros mais reforçadas e as populações melhor servidas. -----

É devida e justa, uma palavra de reconhecimento e enorme agradecimento, pela preocupação e investimento numa matéria tão importante e sensível para o bem-estar da nossa comunidade.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.14 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022 – 2.ª ALTERAÇÃO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48031**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, a apreciação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Sobre o assunto em referência, a **Divisão de Recursos Humanos e Informática** prestou a informação registada sob o n.º 45.317/2022, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “O Mapa de Pessoal aprovado e em vigor tem previstos e não ocupados 14 lugares de Assistente Operacional a serem preenchidos pelos trabalhadores pertencente ao mapa de pessoal do Ministério da Saúde. -----



---- Este número de trabalhadores, foi identificado com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde no decurso das negociações com este para a transferência de competências para o Município. -----

---- Acontece, porém, que foram identificados mais dois trabalhadores a incluir neste processo, passando o PT com a referência DEVS/SASS-07 a ter 16 PT disponíveis e não ocupados. -----

---- Aproveita-se esta alteração do Mapa de Pessoal para proceder a um conjunto de outras alterações pontuais ao documento, que a seguir se identificam, que não implicam acréscimo de encargos, dado que o saldo de encargos entre novos PT's a criar ou a aditar é inferior ao montante dos encargos dos PT's a extinguir. -----

---- Assim, propõe-se o seguinte: -----

---- **SASS – Serviço de Ação Social e Saúde** -----

- Aditar dois lugares ao posto de trabalho de Assistente Operacional com o código SASS-07. -----

---- **DAC – Divisão de Ação Cultural** -----

- Extinguir o posto de trabalho de Técnico Superior com o código DAC/SMMP-10. -----
- Aditar um lugar ao posto de trabalho de Técnico Superior com o código DAC/SMB-05.

---- **DUT – Divisão de Urbanismo e Território** -----

- Criar um posto de trabalho de Técnico Superior na área funcional de solicitadoria. -----

---- **DE – Divisão de Educação** -----

- Aditar um lugar ao posto de trabalho de Técnico Superior com o código DE/SE-09. -----
- Aditar três lugares ao posto de trabalho de Assistente Operacional com o código DE/SE-PND-06. -----
- Extinguir dois lugares ao posto de trabalho de Assistente técnico com o código DE/SE-PND-03. -----

---- **DAFCE – Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente** -----

- Extinguir o posto de trabalho de Técnico Superior com o código DAFCE/SEPF-02. -----
- Criar um posto de trabalho de Técnico Superior na área funcional das Ciências da Documentação ou Ciências da Informação ou História ou Português ou Português-Inglês ou Português-Francês, para as funções de Arquivista. -----



- Aditar dois lugares ao posto de trabalho de Assistente Operacional com o código DAFCE/SMT-06 -----

---- **DRHI – Divisão de Recursos Humanos e Informática** -----

- Criar um posto de trabalho de Assistente Técnico, para o sector de Informática -----

---- **DET – Divisão de Empreendedorismo e Turismo** -----

- Extinguir o posto de trabalho de Técnico Superior com o código DET/SEE-04. -----

---- Anexa-se extrato do Mapa de pessoal e da descrição dos Postos de Trabalho com a materialização do aqui proposto, bem como a estimativa de encargos, prevendo-se uma redução líquida destes, no montante de 3 092.33€. -----

--- **Anexos:** -----

1 – Extrato do Mapa de Pessoal com os postos de trabalho a criar, a extinguir ou a aditar -----

2 – Descrição dos postos de trabalho a criar -----

3 – Estimativa de encargos a incluir a e retirar do orçamento em vigor”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P089/2022 – BENEFICIAÇÃO VIÁRIA – ESTRADA DA GRAVIA, RUA DA CABIÇALVA E REABILITAÇÃO DE PONTES. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48066**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- No seguimento do processo registado sob o n.º 39.709/2020, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, a anexar projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe, composto por memória descritiva e justificativa, peças desenhadas, mapa de medições e estimativa orçamental, no montante de 864.998,97€, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 19 de maio findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 864.998,97 euros, com o prazo de execução de 300 dias e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em custos médios unitários, resultantes de procedimentos anteriores para prestações do mesmo tipo. -----

----- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **JOÃO PEDRO ANTUNES COELHO**, em representação da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Ex.mo Senhor Presidente Assembleia Municipal de Ourém -----

Ex.mo Senhor Presidente e vereadores -----

Caros membros da Assembleia Municipal -----

A Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade regozija-se com este investimento no seu território, designadamente para a beneficiação de uma das piores ligações viárias do concelho, como é a estrada da Gravia. -----

Além disso, também registamos, com muita satisfação, que a intervenção nesta estrada será dotada de infraestruturas de saneamento básico, sinal muito evidente e importante para as populações de Caridade, Alqueidão e Favacal que, a curto ou médio prazo, o executivo



municipal ambiciona dotar toda esta zona de saneamento básico, com recurso aos instrumentos de financiamento comunitário. -----

Votos de boa continuação e bom trabalho.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P101/2022 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DE ALJUSTREL – REPOSIÇÃO DE PISO EM ALJUSTREL – FREGUESIA DE FÁTIMA. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48038**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento referido em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento do processo registado sob o n.º 44.559/2022, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 31 de maio findo, daquele serviço, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 478.776,68 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e com o prazo de execução de 150 dias e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em valores atualizados de acordo com as alterações de mercado. -----



---- O processo encontra-se ainda instruído com o projeto da empreitada em assunto, elaborado pela Arquetis – Arquitetura, sediada em Fátima. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P109/2022 – AQUISIÇÃO EM REGIME DE ALUGUER, PELO PERÍODO DE 36 MESES, DE 11 FOTOCOPIADORAS MULTIFUNÇÕES PARA OS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DO CONCELHO E RESPETIVAS IMPRESSÕES. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51569**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento referido em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 37.871/2022, da **Divisão de Recursos Humanos e Informática**, foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, acompanhados com uma informação, datada de 09 do mês em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 49.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor



e pelo prazo de execução de 36 meses e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se em valores estimados de mercado e confirmados com outros municípios com soluções idênticas. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 09 de junho corrente, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P015/2022 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2022 A 2025 – RELATÓRIO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51601**, datado de **2022.06.24**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos do n.º 1, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o Relatório final registado sob o n.º 7456-A/2022, do **Júri** designado para o presente procedimento, instruído



com a respetiva minuta de contrato a celebrar com a **Sociedade VL Santos & Associados – SROC, S.A.**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 35, Loja 3, nesta cidade, para efeitos do designado em epígrafe, pelo valor de 24.000,00€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor) e pelo prazo de execução de 48 meses. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 02 de junho corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior a designação do gestor do contrato e a aprovação da minuta do contrato a celebrar. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Acho que faz todo o sentido, de tempos a tempos, mudar-se o revisor oficial de contas, é uma questão muito específica. ----- Ainda bem que foi esta empresa que ganhou. Conheço o trabalho deles. Tem sede em Ourém. O Município ficará bem servido com o revisor oficial de contas.” -----

----- **NÃO SE REGISTANTO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P105/2022 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2022-2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51571**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 27.502/2022, da **Divisão de Educação**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para a prestação de serviços indicada em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 06 de junho em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 619.874,75€ (Lote 1 – Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar – 350.903,25€ e Lote2 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – 268.971,50€). Termina a referir que, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, a fixação do preço baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 08 também do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.20 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2022/2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 47729**, datado de **2022.06.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2022 – 158.400,00 euros -----

----- Ano 2023 – 237.600,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Relativamente ao assunto acima designado, foi apresentada a informação registada sob o n.º 35.930/2022, da **Divisão de Educação**, a propor a transferência das verbas, no montante total previsto de 396.000,00€, para as entidades gestoras do serviço de fornecimento de refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2022/2023. Termina a colocar à consideração superior a renovação dos protocolos celebrados com essas entidades, válidos para o referido ano letivo, a iniciar a 01 de setembro de 2022. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 31 de maio findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.21 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR, DOS 1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO SECUNDÁRIO/PROFISSIONAL – ANO LETIVO 2022/2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 47725**, datado de **2022.06.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2022 – 270.000,00 euros -----

----- Ano 2023 – 337.500,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 38.245/2022, do **Setor de Mobilidade e Transportes**, a propor a comparticipação dos transportes escolares, com recurso à rede de transportes públicos concessionados à RMTEJO – Transportes Rodoviários de Passageiros, Unipessoal, Limitada e a concluir conforme se passa a transcrever: “(...) **5. Conclusão** -----

--- Assim, propõe-se que sejam cabimentados os montantes referentes às comparticipações financeiras nos passes de transportes escolares dos alunos do Ensino Pré-Escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH) sendo o valor previsto para o ano civil de 2022



de 270.000,00€ (com IVA incluído) e para o ano civil 2023 de 337.500,00€ (com IVA incluído), conforme descrito na seguinte tabela: -----

Descrição RMTEJO	Montante despesas ano civil 2022	Montante despesas ano civil 2023	Montante total ano letivo 2022/2023
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico	52 000,00 €	65 000,00 €	117 000,00 €
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	180 000,00 €	225 000,00 €	405 000,00 €
Comparticipação em 100% no transporte escolar dos alunos do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo POCH	38 000,00 €	47 500,00 €	85 500,00 €
Montante despesas ano letivo 2021/2022	270 000,00 €	337 500,00 €	607 500,00 €

---- Propõe-se ainda que, efetuado o cabimento, este processo seja encaminhado para análise e aprovação par parte do executivo camarário quanto aos seguintes pontos: --

1. Aprovação da participação em 100% do montante dos passes de transporte escolar para os alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, desde que respeitadas as condições de matrículas; -----
2. Aprovação da participação em 100% do montante dos passes de transporte escolar para os alunos dos 2.º ciclo e 3.º ciclos do Ensino Básico, desde que respeitadas as condições de matrículas; -----
3. Aprovação da participação em 50% do montante dos passes de transporte escolar para os alunos do Ensino Secundário e Profissional não financiado pelo Programa Ocupacional Capital Humano (POCH), desde que respeitadas as condições de matrículas;-----
4. Aprovação da participação em 100% do montante dos passes de transporte escolar para os alunos com medidas adicionais no âmbito do diploma da inclusão (Ensino Especial) do Ensino Secundário e do Ensino Profissional não abrangidos pelo POCH, desde que respeitadas as condições de matrículas;-----



5. Aprovação das despesas inerentes aos transportes escolares dos alunos do Concelho de Ourém acima mencionados, para o ano letivo 2022/2023 no valor de 270.000,00€ (com IVA incluído) para o ano civil 2022 e de 337.500,00€ (com IVA incluído) para o ano civil 2023. (...)" -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 01 de junho em curso, a dar conta de que a despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ANO LETIVO 2022/2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 48044**, datado de **2022.06.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes da proposta referida em epígrafe, a seguir descritos: -----

----- Ano 2022 – 137.300,00 euros -----



----- Ano 2023 – 240.275,00 euros -----
 ----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe, foi apresentada a informação registada sob o n.º 35.897/2021, da **Divisão de Educação**, a propor a transferência das verbas, no montante total de 377.575,00€, para as entidades gestoras dos serviços de animação e apoio à família do Pré-escolar, nomeadamente nas vertentes do fornecimento de refeições e prolongamento de horário, no ano letivo 2022/2023 e bem assim a renovação dos protocolos celebrados com essas entidades, com início a 01 de setembro de 2022. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 31 do mês findo, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.23 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2022/2023. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 47712**, datado de **2022.06.08**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.06,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe, do seguinte modo: -----

----- Ano 2022 – 92.000,00 euros -----

----- Ano 2023 – 138.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciada a informação registada sob o n.º 35.987/2022, da **Divisão de Educação**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Desde o ano letivo 2005/2006 foi proposto pelo Ministério da Educação e implementado pelo Município o programa de generalização do ensino do Inglês do 1º CEB. No primeiro ano, foram proporcionadas aos alunos dos 3.º e 4.º anos as aulas de Ensino do Inglês, alargando-se essas atividades, nos dois anos seguintes a outras áreas propostas (Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva e a áreas alternativas possíveis como a Expressão Plástica e o Movimento e Drama), sempre em articulação estreita com os agrupamentos de escolas e com outras entidades prestadoras de serviços. -----

---- A partir do ano letivo de 2008/2009 e até ao ano letivo 2012/13, as aulas incluíram a obrigatoriedade de Ensino de Inglês também para os 1.º e 2.º anos de escolaridade e, neste Município, foi introduzida a atividade de Animação Sócio--cultural, de forma a preencher duas horas semanais disponíveis, pelo facto de, em todas as outras atividades, ter sido reduzido o horário de 135 minutos para 90 minutos semanais, passando-se a designar-se Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC’S). -----

---- Considerando as alterações ocorridas ao Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho pelos: Despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, Despacho normativo n.º 7-A/2013, de 10 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho, verificaram-se algumas inovações: as AEC’s, no caso de promoção por entidade exterior à escola não poderão exceder, em regra, 5 horas por semana; o valor máximo da comparticipação financeira anual é de 150,00€; quando o agrupamento de escolas dispuser de recursos docentes de quadro para realização de uma ou



mais AEC's, estes serão obrigatoriamente afetos às AEC's das entidades promotoras, mediante protocolo e com a entidade promotora, havendo lugar à devolução do montante correspondente, à disponibilização dos referidos recursos humanos no valor a transferir para a entidade promotora em termos a contar do respetivo contrato-programa. -----

---- Auscultados os Agrupamentos de Escolas, sobre as alterações legislativas para o ano letivo 2013/2014, todos foram favoráveis à implementação das AEC's na tipologia prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10º do Despacho n.º 9 265-B/2013, de 15 de julho, ou seja, a Câmara Municipal é a entidade promotora e, por força do nº 3 deste art.º, com recurso a docentes do próprio Agrupamento; quanto à distribuição de minutos/atividades: o Agrupamento de Escolas de Ourém optou por 120 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 60 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 60 minutos do ensino/aprendizagem da música; os agrupamentos de Escolas de Ourém e Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão optaram por 60 minutos de Atividades Físicas e Desportivas, 60 minutos de Animação Sócio-Cultural, 90 minutos do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa e 90 minutos do ensino/aprendizagem da música. -----

----- De acordo com o disposto com o decreto-lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro, “a disciplina de Inglês inicia-se, obrigatoriamente, no 3º ano de escolaridade” (...) “a partir do ano letivo 2015/16” (...) “e a partir do ano letivo de 2016-2017, no que respeita ao ano 4.º ano de escolaridade do ensino básico”. -----

---- No ano letivo 2019-2020, com a Nota Informativa n.º 1/2019 da DGEstE, de 30 de agosto, que menciona o seguinte: “No caso das turmas de 3.º ano, das escolas abrangidas pelo Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, ou seja, 25 horas curriculares (22h30 curriculares incluindo 2h de inglês + 2 horas e 30 minutos de intervalo) mais 5 horas de AEC conforme Anexo I do referido Decreto-Lei”, verificámos a necessidade de mais horas de atividades (2), para os alunos dos 3º e 4º anos.

---- Considerando as alterações ocorridas nos anos letivos anteriores, sugere-se que se programe o próximo ano letivo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades: -----

Entidade	NIPC
----------	------



Município de Ourém	501280740
Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	600079163
Agrupamento de Escolas de Ourém	600082881
Agrupamento de Escolas Conde de Ourém	600082385
INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação	502964685
Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém	506518604
CMAC – Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL	514061758

--- Para que o programa, no ano letivo 2022/2023, seja viável é imprescindível que os Agrupamentos de Escolas flexibilizem os horários curriculares de forma a que os alunos possam ter as AEC no início da manhã (9:00-11:00 ou 9:00-12:00) ou no início da tarde (13:30-15:30), para além do horário das 15:30 às 17:30. Só assim será possível atribuir aos professores das AEC horários sustentáveis, atribuindo-lhes turmas com atividades distribuídas entre as 9:00 e as 17:30. -----

--- Em reuniões realizadas com os Agrupamentos de Escolas, foi decidido que cada agrupamento organizaria os seus horários, compatibilizando as horas das aulas curriculares com as de Atividades e Enriquecimento Curricular. Nas escolas mais pequenas, foram associados todos os alunos na mesma turma, procurando rentabilizar recursos e evitar duplicação de transportes. -----

--- Os valores anuais por turma propostos para pagamento às entidades prestadoras dos serviços são os constantes do quadro seguinte: -----

Atividade	Valores
Ensino do Inglês (60 minutos/semana)	16,50 €*
Ensino do Inglês (120 minutos/semana)	33,00 €*
Atividade Física e Desportiva (60 minutos/semana)	16,50 €*
Atividade Física e Desportiva (120 minutos/semana)	33,00 €*
Ensino da Música (60 minutos/semana)	16,50 €*
Animação Sócio-cultural (60 minutos/semana)	16,50 €*
Animação Sócio-cultural (120 minutos/semana)	33,00 €*

***Prevemos que o ano letivo tenha 39 semanas de aulas** -----

--- Tendo em conta o plano de pagamento do ano letivo 2021/2022, prevê-se que a despesa referente às AEC's para o ano letivo 2022/2023 seja de 230.000,00€. -----



---- Face ao exposto e no âmbito da preparação do ano letivo 2022/2023, propõe-se a adoção das diligências conducentes à aprovação, pelo órgão executivo, da realização de AEC's. -----

---- Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e comparticipação do Ministério da Educação), poderão alterar em função das seguintes condicionantes: -----

- a comparticipação financeira do ME poderá diminuir, devido ao número de alunos; -----
- a comparticipação financeira do ME poderá diminuir, com a dedução do montante correspondente às Atividades lecionadas por parte dos docentes dos agrupamentos de escolas. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- Do processo fazem ainda parte as informações, que se passam a especificar: -----

- Datada de 30 de maio findo, do **Setor de Contabilidade**, a referir que o valor a assumir em 2022 é de 92.000,00€ e em 2023 é de 138.000,00€; -----
- Datada de 31 também do mês findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que a despesa emergente dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Compete aos órgãos municipais participar no apoio às crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar e dinamização das atividades complementares, de acordo com a legislação em vigor. --

O Município de Ourém tem correspondido a este enorme desafio, procurando dar resposta às necessidades das famílias, através da implementação de um conjunto de medidas e ações no âmbito da componente familiar e social. -----

As medidas implementadas e promovidas pelo Município, em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico públicos, pretendem garantir uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares das crianças e alunos dos vários níveis de



ensino, designadamente as AAAF do pré-escolar, a CAF do 1.º CEB, a rede de transportes dos alunos dos vários níveis de ensino, o fornecimento de refeições, onde se inclui o leite escolar e o regime escolar de fornecimento da fruta no pré escolar e 1.º CEB, assim como as AEC, inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais às famílias, reforçando o conceito de escola a tempo inteiro. -----

Analisando os dados disponibilizados podemos concluir que o Município tem realizado um enorme investimento, cujo valor é de cerca de 2 milhões de euros respeitante ao ano 2021/2022 e que dizem respeito às refeições, transportes e expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar. -----

A bancada do PSD congratula-se com as políticas sociais e de educação implementadas pelo executivo, quer nas valências de refeições/alimentação, atividades de enriquecimento educativo, quer ainda num aspeto que consideramos muito importante e que é o plano de transportes escolares, que visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva. -----

Creemos que no próximo ano letivo estes custos serão significativamente superiores, atendendo à situação de crise que atravessamos e em virtude de se verificar um aumento considerável de alunos por todo o concelho, com maior incidência nas freguesias de Fátima e Caxarias. -----

Aplaudimos, por conseguinte, as políticas implementadas pelo Executivo nesta matéria, que foram substancialmente melhoradas em relação ao que era hábito nos executivos socialistas.” -----

----- NÃO SE REGISTANTO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.26 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR, CULTURAL E RECREATIVA DA LOURINHA E NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51563**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Associação de Bem Estar, Cultural e Recreativa da Lourinha e Nossa Senhora da Piedade, do valor de 4.768.42 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 37.105/2021, da **Associação do Bem Estar, Cultural e Recreativa da Lourinha e Nossa Senhora da Piedade**, com sede na Travessa da Capela, no lugar de Lourinha, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 474/2021 (construção de edifício destinado a lar de idosos e centro de dia, na Rua Cidade de Ourém, na referida localidade) por ser uma instituição sem fins lucrativos. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 36.415/2022, a colocar a decisão superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 4.768,42€, que inclui a verba (já paga) de 203,70€. -----

---- Do processo faz ainda parte a informação registada sob o n.º 46.017/2022, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a dar conta de que consultada a documentação remetida pela associação, constata-se que a mesma é reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública. Termina a referir que a isenção está definida no n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

----- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- Aquando da votação, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor João Carlos de Jesus Pereira, dado integrar Associação de Bem Estar, Cultural e Recreativa da Lourinha e Nossa Senhora da Piedade. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE SEIÇA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51566**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Freguesia de Seiça do valor de 477.60 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 10.478/2022, da **Freguesia de Seiça**, sedeada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, a solicitar o reembolso de todas as taxas pagas relativas ao processo n.º 10/2021, de que é titular (remodelação de terreno, sito no Beco da Açudeca, no lugar de Lameirinha, daquela freguesia, deste Concelho), a que corresponde o alvará n.º 1/2021. -----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações: -----

- Registada sob o n.º 35.693/2022, da **Divisão de Urbanismo e Território** a colocar à consideração superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 477,60€; -----



- Registada sob o n.º 48.923/2022, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a remeter o processo a decisão superior. -----

----- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE ESPITE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51565**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Freguesia de Espite do pagamento do valor de 11.282,06 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 22.250/2022, da **Freguesia de Espite**, sediada na Rua Prof. Mário Albuquerque, n.º 154, em Espite, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas correspondentes ao processo n.º 213/2022 (licenciamento de obras de ampliação do cemitério). -----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações: -----

- Registada sob o n.º 36.932/2022, da Divisão de Urbanismo e Território a colocar à consideração superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 11.282,06€, que inclui a verba (já paga) de 203,40€; -----



▪ Registada sob o n.º 46.001/2022, da Chefe da Divisão de Urbanismo e Território, a deixar a decisão superior, a isenção do valor apurado. -----
 ----- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.29 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE PERAS RUIVAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 51432**, datado de **2022.06.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.06.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar o Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas do pagamento do valor de 5.555,07 euros, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 46.316/2022, do **Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas**, sediado na Rua Domingos Dias, n.º 37, em Peras Ruivas, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas correspondentes ao processo n.º 1264/2022 (licenciamento de obras de ampliação do edifício sede da associação) e a devolução da verba de 203,40€, referente à taxa de apreciação do pedido. -----

---- Do processo fazem parte as informações que se passam a especificar: -----



- Registada sob o n.º 46.526/2022, da Divisão de Urbanismo e Território a colocar à consideração superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 5.555,07€, que inclui a verba (já paga) de 203,40€; -----
- Registada sob o n.º 46.691/2022, da Chefe da Divisão de Urbanismo e Território, a deixar a decisão superior, a isenção do valor apurado. -----

----- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.30 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que não se tinha verificado qualquer pedido de intervenção, por parte do público. -----

----- Tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e trinta minutos,



da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO